Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 10 de abril de 2014

Ata N.º 5

No dia dez de abril de dois mil e catorze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2013;

PONTO TRÊS – Proposta de alteração dos Estatutos da CD – ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento;

PONTO QUATRO – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luís Justino Coelho;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social-Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Feita a chamada verificou-se a ausência de:

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira da CDU;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU;
- Sr. José da Cruz Silvério da CDU;
- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino do PS.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, informou que não lhe é possível estar presente na sessão, fazendo-se substituir pelo **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade,** Tesoureiro do Executivo. Pelo exposto, foi a falta considerada justificada.
- O **Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente.
- **A Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino do PS,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que se encontra presente;

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade da CDU, Sr. Pedro Miguel Martins Pereira do PS e Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata número Três, datada de dezanove de dezembro de dois mil e treze, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Hora, eu vou requerer aqui algumas correções à ata. Peço desculpa por não ter enviado por email mas não me foi efetivamente possível, só que há aqui realmente umas afirmações que não condizem efetivamente com o que foi por mim dito na Assembleia. Portanto, vou requerer a correção.

Página dezassete:"

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Página?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Dezassete."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, faz favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"[Pronto], eu depois posso dar, vou aqui ler e depois posso enviar até por email."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, sim."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Quando eu no segundo parágrafo digo: *"No entanto, não deixaremos de dar a nossa posição sobre isto. No entanto, não deixaremos de dar a nossa posição sobre isto. O nosso voto será contra, até porque estamos também extremamente preocupados porque"*, [na continuação deve ler-se], *"o próprio Município" tem uma grande dívida à AMARSUL"*.

No último parágrafo desta mesma página: *"Efetivamente, os resíduos têm que ser tratados."* [Na continuação deve ler-se], *"O princípio do poluidor/pagador é razoável, mas também ainda não conhecemos..."*.

Página dezoito, primeira linha...

[Por deficiência do sistema de gravação não é possível apresentar parte da intervenção.]

Na página vinte, nas declarações do meu colega Carlos Vitorino, refere: *"Somente para referir que votarei favoravelmente esta Moção, tal como já votei outras, quer o Democrata se chame Nelson Mandela, quer se chame [?], quer se chame Václav Havel."* Falta aqui a outra menção..."

[Por deficiência do sistema de gravação não é possível apresentar parte da intervenção.]

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Desculpe, eu não consegui perceber essa alteração."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Tem um ponto de interrogação. Está em falta um nome que pode não ter sido ouvido na gravação."

[Por deficiência do sistema de gravação não é possível apresentar parte da intervenção.]

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"*Ok*, de qualquer maneira se puder fazer o favor de..."

[Por deficiência do sistema de gravação não é possível apresentar parte da intervenção.]

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Mais alguma questão, por favor?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Só mais uma, que é aqui na página quarenta e um: *"Nós não vamos obstaculizar o pedido de empréstimo, no entanto, cá está, nem sempre depois independente..."* O que foi dito foi: "... que nem sempre o que se defende, no poder central tem a ver com o que se defende no poder autárquico. Portanto, vamos autorizar a contratação do empréstimo se bem que corroboro da ideia que vamos ter que nos próximos anos tentar evitar isto. Vamos ver como é que correm as finanças do Município, não é? E vão ser consultadas várias entidades bancárias? Portanto, os Senhores decidirão do melhor juro? Aqui a capacidade de negociação da [CMP] também tem que ser efetiva."

O que eu disse a seguir foi que, e isso não está claro aqui, quando os Senhores dizem: *"É claro que é com o grande capital bancário*...", [deve ler-se], "É claro que terão que negociar com o grande capital bancário -

"grande capital bancário" entre aspas, porque isto é uma expressão utilizada pela CDU -, aqui como o meu colega diz, mas tem que ser."

No parágrafo seguinte: *"Pronto, mas estão a emprestar. Eu também não tenho nada a..."* , [deve ler-se], "Eu também não tenho nada a opor." E é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

Desculpe, "Eu também não tenho nada a..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

""Opor"".

A **Sra. Presidente da Mesa**:

""A opor." De qualquer modo depois pedia-lhe que confirmasse, está bem?

Muito bem, mais alguma questão? Alguma observação acerca da ata? Então não havendo proponho a sua votação."

Não havendo mais intervenções, **foi a ata aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).**

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções por parte do público, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período Antes da Ordem do Dia.

Informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa:

- Cinco Moções – três pela CDU, uma pelo PS e uma pelo BE;
- Duas Saudações pelo PS;
- Dois Votos de Congratulação pelo PPD/PSD.CDS-PP.

Moção do BE - *"Para a transmissão de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira do BE** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Antes, antes de passar a palavra aos Srs. e às Sras. Membros da Assembleia, eu esclarecia apenas que, enfim, parece-me uma posição importante, mas esclarecia que Palmela foi dos primeiros municípios do País a fazer isso relativamente às sessões da Câmara Municipal. Aliás, creio que hoje, hoje continua a fazer-se isso e, portanto, durante o período em que decorre as sessões as pessoas que estão a acompanhar, enfim, no seu computador, em casa, podem imediatamente acompanhar diretamente. Portanto, nós podemos pedir, neste caso, à Câmara Municipal a disponibilização dos meios para fazermos isso aqui na Assembleia. De qualquer modo pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se querem dizer algo sobre este assunto."

A **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU**:

"Boa noite, Sra. Presidente. Permita-me que em seu nome cumprimente todos os presentes nesta sala.

De fato, eu não vou acrescentar muito mais daquilo que a Sra. Presidente disse. Nós da Bancada da CDU está de acordo com o conteúdo desta Moção e uma vez que foi focado o exemplo da Câmara Municipal de Braga eu, pronto, eu queria dizer precisamente, da Guarda, queria dizer precisamente aquilo que a Sra. Presidente já disse, que é uma prática assente do Município de Palmela de ter uma relação cada vez mais próxima com os cidadãos e creio que a gravação das Assembleias Municipais à luz daquilo que acontece também das reuniões da Câmara Municipal podem ser feitas, se assim os meios materiais e humanos o permitirem. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Alguma questão?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Efetivamente também somos favoráveis, aliás, quem acompanhou a nossa campanha eleitoral quando defendemos uma maior participação dos cidadãos na Assembleia Municipal também defendemos precisamente isto porque já conhecíamos que isso era feito e foi um dos primeiros Municípios a fazê-lo no que diz respeito à reunião de Câmara. Portanto, aí parece que estamos todos de acordo.

No que diz respeito aqui, portanto, isto não se estará dependente só duma deliberação nossa, estará dependente também do respetivo cabimento da despesa e de tudo o resto inerente e que será efetuado pelo Executivo da Câmara. Portanto, esta decisão também terá aqui alguma participação do Executivo da Câmara. Portanto, aqui quando se delibera temos de ter a noção que estamos condicionados, embora esteja convencida que o Executivo não se vai opor a isto.

Relativamente à disponibilização do áudio e vídeo, a partir do momento em que haja gravações isso é feito, e é feito já nas reuniões de Câmara que eu às vezes quando não posso vir acompanho-as nalgumas vezes, nem sempre.

Relativamente aqui à rádio local, digamos que, eu não sei se podemos deliberar que uma rádio transmita, não é?! Eu acho que aqui, nós decidimos isso, mas tem que haver uma vontade da outra parte. É uma vontade, vá lá, será um contrato bilateral, não é? Não podemos nós estar aqui a deliberar e se a outra parte não aceitar essa deliberação não serve de nada, não é?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma intervenção?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Além de que, a rádio local diretamente em Palmela atualmente não há, não é?"

Intervenção de um Membro da Assembleia que não foi identificado:

"Há no Pinhal Novo."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Obrigada."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Muito rapidamente. Boa noite, Sra. Presidente. Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Membros da Assembleia, público, técnicos da Câmara e jornalistas. Isto hoje parece que temos que andar assim muito mais depressa porque temos aqui muita coisa.

É só para dizer que estamos de acordo e também, eu penso que em relação ao que foi dito agora o que diz aqui na Moção não é uma obrigação, é a possibilidade que, se houver interesse de, e portanto não é uma obrigação. É se houver interesse de a rádio poder transmitir e, portanto, aí não temos nada a, nada a opor, antes pelo contrário, a liberdade de informação será completamente garantida desde que a rádio, ou as rádios, ou os jornais, ou quem quiser, possa vir a esta Assembleia. Nós gostaríamos muito que cá estivessem, mas não vamos obrigar. Logicamente que também não há aqui nenhum sentido obrigatório para isso."

Pelas vinte e uma horas e doze minutos iniciou a participação nos trabalhos o **Sr. Simplício Piteira da CDU**.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Claro. Obrigada."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Boa noite a todos. A questão da rádio nem me parece assim tão pertinente neste sentido até porque hoje em dia, com a *internet* qualquer jornal que queira ter no seu *site* a transmissão em direto da Assembleia, poderá fazê-lo. Portanto, bastando para isso um *link* para aquilo que se está a passar.

Portanto, hoje em dia os Meios de Comunicação Social já não são divididos da forma como eram, digamos, no nosso tempo – antigamente, entre aspas. Portanto, o próprio, os próprios jornais do nosso concelho, querendo e podendo, podem fazer a transmissão em direto, via *internet*, na sua página *online*. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Não sei se estariam de acordo com o seguinte: Eu, eu penso que nós podíamos utilizar, neste caso, aquilo que a Moção do [BE] apresenta e que depende de nós, não é, podíamos utilizá-lo como, enfim, na sequência da discussão feita na Assembleia, não é, suscitada pelo [BE], fazíamos o pedido à [CMP], ao Sr. Presidente da Câmara para que, se possível, equacionasse esta medida.

E o que podemos fazer, naturalmente - já agora informo que nós costumamos ter aqui jornais a fazerem a cobertura da nossa sessão -, de facto hoje em dia Palmela não tem uma rádio local, propriamente dita, não é? Aliás, funcionava aqui muito próximo e hoje faz parte, foi, enfim, tomada por uma cadeia, que é uma cadeia nacional e, portanto, não emite propriamente diretamente [como] a Popular FM, exatamente, no Pinhal Novo, mas que não sei se tem condições logísticas para. Eu acho que nós podemos recomendar, não é, aos órgãos de Comunicação Social, enfim, a própria cadeia, seja a Popular FM, por um lado, seja a cadeia nacional que entretanto comprou a antiga Rádio PAL, não é, quer dizer, nós sempre, podemos sempre fazer esse apelo. Não podemos deliberar... Como é que... [BE], o que é que pensa disto?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"É o seguinte: em relação à transmissão áudio e vídeo não era só a transmissão em direto, mas também a gravação das sessões da Assembleia Municipal para consulta em qualquer altura das pessoas que tiverem *internet* o possam fazer.

A questão da rádio, claro que é... tem que haver o interesse da outra parte. Isso é lógico, mas achamos que era importante que houvesse o interesse da parte de uma rádio local, neste caso a que existe e que está no terreno é a Popular FM, porque há também pessoas que não têm *internet*. Há pessoas que não têm os meios, não têm *internet* para aceder em casa ao funcionamento da Assembleia Municipal, e achávamos... Por isso mesmo é que isso está aqui na Moção, a transmissão áudio de uma rádio local."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, senhor. Muito bem. Não tenho nada a opor. Mantemos sobre forma de Moção ou quer passar a Recomendação?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Como Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Então se mantém como Moção e nós aceitamos a sua admissão, vamos votar, [está] bem?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Moção da CDU sobre as questões da agricultura

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Caçoete da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Não havendo intervenções, **foi a Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três contra do PPD/PSD. CDS-PP.**

Votos de Congratulação do PPD/PSD.CDS-PP sobre:

- **A inauguração do novo edifício da GNR – Guarda Nacional Republicana, em Palmela;**
- **2013 - Melhor ano de sempre do Turismo nacional.**

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** para apresentar os Votos de Congratulação, que ficarão apensos à ata, e que foram admitidos por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre os Votos de Congratulação foi efetuada a intervenção que seguidamente se transcreve.

O **Sr. António Mestre da CDU**:

"Boa noite, Sra. Presidente. Em seu nome cumprimento todos os presentes na condição em que se apresentam a esta Assembleia.

Só três referências que me parecem que este Voto de Congratulação não esgota e peca por curto, e eu concordo e esta Bancada concorda com o Voto de Congratulação, por um Governo cumprir compromissos. Por fazer em partilha. Por não mencionar os valores aqui implicados pela Autarquia, e [?] foram discutidos nesta Assembleia, não sejam referidos e não sejam tão assinalados como aqui parecem ter a classificação de mais e menos, já não me parece tão correto, já que as parcerias dependem muito das vontades.

E já agora, se estamos em campo de vontades, seria muito bom que esta apregoada harmonia com aquilo que é disponibilizado pelo Poder Central se manifestassem em coisas que a própria [CMP] também já manifestou disponibilidade para ser parceira. Estou a me lembrar dos pavilhões das escolas, os pavilhões desportivos, estou a me lembrar dos terrenos cedidos para os centros de saúde, e não vejo aqui manifestação nenhuma de que deveríamos incentivar o Governo a avançar com essas parcerias, tendo já sido disponibilizado, por parte da Autarquia, toda a vontade e o esforço financeiro para o fazer. Portanto, gostaria que isso fosse contemplado neste Voto de Congratulação, não é que não me reveja nele, porque acho que é sempre de louvar.

Em relação ao segundo Voto de Congratulação, aqui tenho um, um pequeno problema. Eu acho que devemos sempre incentivar o país e as autarquias quando a coisa está a correr bem, a que corra ainda melhor. Mas não podemos ignorar o que é que esta Câmara já fez em termos de turismo. Não podemos ignorar que, nos últimos quatro anos, fomos dos concelhos que maior subiu a sua taxa de dormidas percentualmente face aos outros. Não podemos ignorar que, nos últimos quatro anos, só duas autarquias (Palmela e Almada) no Distrito de Setúbal tiveram uma progressão a nível turístico. Não podemos ignorar a Cidade Europeia do Vinho. Não podemos ignorar as Rotas do Castelo. Não podemos ignorar aquilo que foi feito. Eu acho bem que incentivemos a mais. Acho que reduzirmos ao incentivo como se tivéssemos a partir do nada, é que me parece pouco. Gostaria de ver isso também neste Voto de Congratulação. Acho que todos ficamos muito felizes quando também damos os parabéns ao nosso concelho, incentivando-o a fazer mais. Mas reconhece-lo não nos fica mal. Obrigado."

Submetidos os Votos de Congratulação a votação, foram os mesmos aprovados, por maioria, com vinte e um votos a favor (dezoito da CDU e três do PPD/PSD.CDS-PP), oito votos contra do PS e duas abstenções do BE.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS** apresenta declaração de voto:

"O nosso voto contra – logicamente que ficamos todos muito satisfeitos de termos um quartel novo da GNR – mas o que está a funcionar é um Posto da GNR e não um quartel, e aquilo que foi dimensionado para ser e o investimento que foi feito e não estamos em altura de ter investimento parado. O investimento é preciso ser rentabilizado; é preciso fazê-lo, está no terreno, a Câmara... foi aqui aprovado, por unanimidade, nesta Assembleia e na Vereação, as verbas para aquele, para aquele investimento, a contrapartida da [CMP], na altura, até pelo próprio PSD. E, portanto, neste momento, o que está ali é dinheiro parado dos contribuintes que não está exatamente a por a..., estar a funcionar daquilo... nas valências para que foi feito.

E, portanto, se estaríamos para fazer um Posto, teríamos todos gasto menos dinheiro e poderíamos ter feito outra coisa e não teríamos de ter um Posto daquela dimensão. E, portanto, isso é que está em causa e daí o nosso voto contra. Daí o nosso voto contra a esta, a esta, nesta, nesta Congratulação do [PPD/PSD.CDS-PP]. Logicamente que ganhámos um equipamento. Logicamente que Palmela precisava de um Posto, precisava

de um novo equipamento, do novo Posto para a GNR. Logicamente que ficámos todos contentes porque íamos ter um Destacamento Territorial, mas logicamente estamos todos muito preocupados porque não vemos a luz ao fundo do túnel se quando é que, se e quando vem para aqui o Destacamento Territorial, e se não vamos ficar ali com um masmarracho que depois, amanhã, vamo-nos ter arrependido de gastar ali o dinheiro. É só isso."

Moção da CDU - *"Pela Autonomia das Autarquias Locais e em Defesa dos seus Trabalhadores"*

Tomou a palavra o **Sr. António Mestre da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"É só uma, é muito rápido. Tem sido norma nesta casa, e bem, que o texto, no texto da Moções não haja referência aos eleitos do PS, da CDU, do [PPD/PSD.CDS-PP], do... É só essa questão que eu acho que pode... é fácil ser ultrapassada. Não tem qualquer tipo de interesse. Portanto, é só uma questão de pro forma.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Então, aceita-se essa correção à Moção?"

O **Sr. António Mestre da CDU**:

"Sim, sim, sim. *"Os eleitos na Assembleia..."*"

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Mais alguma intervenção? Mais alguma questão? Não havendo, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção do PS - *"Restruturação da dívida insustentável e promover o crescimento, recusando a austeridade"*

Tomou a palavra o **Sr. Raul Cristóvão do PS** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Ora, eu... é de louvar esta Moção que o [PS] aqui apresenta, mas eu se estivesse na Bancada do [PS] eu custava-me a dormir; a ter um sono descansado. E digo isto por quê? Porque o [PS] hoje, e bem, apresenta aqui uma Moção sobre a reestruturação da dívida que o [BE] sempre defendeu desde a primeira hora. Mas, o [PS] é o mesmo que assinou o Tratado Orçamental que nos levou a esta austeridade que hoje vivemos. É o [PS] que hoje apresenta uma Moção, mas que abriu condições para a entrada da Troica. E é o [PS] que mantém a intenção, se formar Governo – pelo menos em entrelinhas se vai ouvindo – que não vai repor aquilo que foi tirado aos funcionários públicos, ou aos reformados, ou a todos os... a todos aqueles que têm alguma coisa do apoio social que vem diretamente do Estado. Muito obrigado."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU**:

"Independentemente de quem é que fala primeiro ou quem fala em último, o que é certo é que esta Moção vinda da Bancada que vem, ou seja, de quem também tem culpas e assinou por baixo esta, esta situação que estamos a viver e que nós chamamos…, assinou o Pacto de Agressão, que nós chamamos Pacto de Agressão e não Memorando de Entendimento como se quer chamar.

Na Moção fala nos juros, fala nos prazos; falta uma coisa que é os montantes. E montantes por quê? Porque há montantes que se considera que são ilegítimos. Todos os montantes, ou seja, os valores que foram colocados para o país, para o serviço do país funcionar na altura são para…, são montantes legítimos. Os que foram para financiar a banca, para meter na, nos mesmos de sempre e pagando também esses valores os mesmos de sempre é uma dívida ilegítima. E nesse caso este…, o roubo que está a ser feito no nosso país, tanto aos salários, tanto aos reformados e aos pensionistas, grande parte desse roubo é para financiar dívida ilegítima e isto as Bancadas, a Bancada do [PS] sabe que isto é assim. Há, há dívida que dificilmente o nosso país vai pagar, portanto, a não ser, a não ser, não sei."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Sra. Presidente, muito boa noite. Eu tinha a ideia de que era depois do [PPD/PSD.CDS-PP], mas de qualquer das formas, hoje, vou falar de pé até porque vamos falar sobre o «25 de Abril» também e deve-se falar de pé em meu entender.

Sra. Presidente, apresento-lhe os meus cumprimentos, bem como à respetiva Mesa. Apresento também os cumprimentos ao Sr. Presidente da [CMP], às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores presentes, aos caros colegas da Mesa da Assembleia, da…, Membros da Assembleia, aos técnicos e funcionários da [CMP], Comunicação Social e aos presentes aqui nesta sessão, parte em representação dos Munícipes.

Nós estamos habituados realmente a ver o ADN da CDU e do [BE] tentando sempre comparar, empurrar o [PS] para o [PPD/PSD] e para o [CDS-PP], para tirar daí dividendos – *'nós é que somos os defensores da classe operária; nós é que somos de Esquerda´*. Mas o povo português sabe, ao longo destes quarenta anos de Democracia em Portugal, que comparar o PS ao [PPD/PSD] ou comparar o PS ao [CDS-PP] é qualquer coisa como comparar chocolate doce a laranja amarga ou limão azedo. É exatamente a mesma coisa. E durante estes quarenta anos o povo tem dado essa resposta. Por isso, não adianta dizer: *'Lá chegaremos quando eles quiserem; quando o povo quiser'*, porque vão esperar sentados. Obviamente o povo percebe isso.

Agora em relação, em relação aos números, e os números não enganam, e para vermos aqui a diferença - é como o algodão, como diziam no anúncio -, os números reais são estes:

- Em dois mil e treze, no final do ano de dois mil e treze, o PIB anual – portanto, que é a riqueza criada pelo país - foi de 160 mil milhões de euros;
- E a Dívida Pública acumulada no final do mesmo ano dois mil e treze, foi de 130% deste valor do PIB. Ou seja, no final de dois mil e treze o que nós tivemos foi 160 mil milhões [de euros] – que foi o que, o que, o que o país realizou, o que o país produziu -, vezes 1,3 (que é os 130%), que dá 208 mil milhões [de euros] de Dívida. Dívida concreta e objetiva acumulada no final de dois mil e treze. Ou seja, produziu-se no país, em dois mil e treze, 160 mil milhões [de euros], e devemos 208 mil milhões de [euros] no final de dois mil e treze. Portanto, mais, mais 48 mil milhões [de euros].

E o que é que tínhamos no final de dois mil e dez, quando este Governo entrou? Portanto, no ano que entrou, e pode-se só, só se pode fazer as contas no final do ano dois mil e dez, o que é que nós tínhamos, para verem a diferença:

- Tínhamos um PIB real, de dois mil e dez, de 178..., 172,8 mil milhões [de euros]. E tínhamos uma Dívida Pública de 94%! E 94% dos 172,8 mil milhões [de euros] são 162,4 mil milhões de euros! Era a Dívida acumulada no final de dois mil e dez! Ou seja, ... e isto é os dados do Instituto, eu não estou aqui a dizer nada que vocês não possam consultar; é os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, I.P.) e do Banco de Portugal (BdP); e isto são coisas que as pessoas pouco falam. E desta forma este Governo, apesar de vender tudo – EDP [Electricidade de Portugal, S.A.], REN [Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.], ANA [ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.] (que deu mil milhões [de euros]), CTT´s [Correios de Portugal, S.A.] (que rendeu, no final do ano dois mil e treze, 580 milhões [de euros]) -, conseguiu, em três anos apenas, fazer desaparecer da produção do país 13 mil milhões [de euros].
- A diferença entre o PIB de hoje, dois mil e treze, e dois mil e dez, - com fecho de empresas, com desemprego e emigração obrigatória! - e aumentou a Dívida Pública em 45,6 mil milhões de euros (a diferença entre os 162,4 [mil] milhões [de euros] que se [?], em dois mil e dez, e os 208 mil milhões [de euros], no final de dois mil e treze.

Total do milagre económico deste Governo, deste desgoverno: fazer desaparecer, em três anos, 58,6 milhões de euros! Isto são valores reais! Ninguém fala nisto, mas isto são valores reais, que é os 13 mil milhões [de euros] da perda do PIB, mais os 45,6 [mil] milhões [de euros] do aumento da Dívida Pública acumulada! Um milagre como estes, nem em Fátima!

E são estes os números que ninguém fala, mas que assusta a Troica, porque eles – vocês dirão assim: *'a Troica, porque eles estão a ganhar com isto'*, mas é que eles sabem que o saco está a atingir o fundo; e quando o saco atingir o fundo eles depois já não podem ganhar. E, portanto, assustam as pessoas que assinaram este documento e muitos outros milhares que assinaram a petição. E, portanto, meus amigos,...

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"(...) esta é a diferença que vocês, continuando com essa postura da CDU e com a postura do [BE], nunca vão conseguir ver uma Esquerda unida a governar. Muito obrigado."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Cumprimentando, na Sra. Presidente, todos os presentes, gostava de dizer, em primeiro lugar, o seguinte: se eu levasse esta Moção para fora desta sala e se escondesse o cabeçalho tinha quase a certeza que ninguém adivinharia de que Bancada ela provinha.

Agora de facto, é difícil responder a esta Moção, vindo ela do [PS]!| Vindo ela dum partido cujo Governo teve iniciativa, do seu Ministro das Finanças, de recorrer à ajuda internacional, porque nos dados que o Sr. Deputado José [Manuel] Silvério [do PS] referiu, esqueceu-se de dizer que havia duzentos milhões de euros em cofre, à data da saída do Governo do Eng. Sócrates. O que quer dizer que Portugal iria entrar em bancarrota, sem dinheiro para pagar, sem dinheiro para pagar salários nem pensões.

Foi por isso que o [PS], o Governo do [PS], pediu a ajuda internacional e pediu a... que viesse a Troica, no que patrioticamente foi seguido pelo [PPD/PSD] e pelo CDS-PP; foi seguido. O Memorando de Entendimento foi pedido e assinado pelo Governo do [PS]. Por isso é que é difícil hoje vir aqui falar na *"restruturação"*. Mas restruturação de que parte da dívida, Srs. Deputados?! Restruturação da dívida que vem do FMI [Fundo Monetário Internacional]?! Essa, pelos próprios estatutos do FMI, não é passível, para país nenhum do mundo, ser restruturada. Restruturação da dívida da União Europeia?! Essa já foi feita. A restruturação e a

extensão dos prazos e maturidades da dívida responsabilidade da Europa já foi. Os juros baixaram, há um período de carência e o prazo de pagamento foi aumentado. Também foi feita.

Restruturação de que outra parte da dívida?! Da dívida dos investidores internacionais, como fez a Grécia? A Grécia fez, restruturou, mas depois os juros dispararam, nunca mais ninguém lhes emprestou dinheiro, a não ser a juros incomportáveis. Estão muito pior. E passaram de Plano de Resgate em Plano de Resgate. Enquanto que nós estamos a falar a saída da Troica, se saímos sem Programa Cautelar ou com Programa Cautelar, com um Programa de Proteção ao Crédito. Aqui há um ano, o que toda a gente dizia era se íamos precisar, ou não, do segundo Resgate. E todos diziam que sim.

Portanto, sobre a outra parte da dívida que é aquela dos particulares, das pessoas que têm os Certificados de Aforro, e sobra também a parte da dívida de quem..., dos bancos e da Segurança Social. Ora, se nós descapitalizarmos ainda mais os bancos, se bem que eu aqui tenho alguma concordância com o Sr. Deputado da CDU, Joaquim Caçoete, porque eu acho que alguns casos de bancos são casos de polícia mal explicados e que nós não devíamos ter de salvar aqueles que nos ajudaram a, a enterrar - é verdade, aí eu dou, dou de... toda a razão ao que disse o Sr. Deputado –, a verdade é que se nós fossemos perdoar a dívida interna dos bancos, iria ser necessário recapitalizá-los; tal como em relação à dívida da Segurança Social, em que sucessivos governos, tanto do [PS] como do [PPD/PSD] e do [CDS-PP], colocaram a pedir Dívida Pública.

Por isso, é que é muito difícil estar neste momento a falar de restruturações, aliás, o próprio Secretário-geral do [PS], António José Seguro, veio logo dizer que restruturação mas era para pagar tudo, era estender os prazos, esquecendo-se ele que naquilo que se podia fazer em relação à Europa, os prazos já tinham sido estendidos. Por isso é que eu digo que é muito difícil debater isto com quem, em conjunto com o [PPD/PSD] e o [CDS-PP], e por iniciativa própria veio, no fundo, pedir a dívida."

A **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU**:

"Sra. Presidente, nós, pese embora a importância desta, desta Moção, não queríamos estender por demais a discussão e lamentamos imenso o facto do Sr. Deputado que, que fez o último comentário por parte do, da Bancada do [PS] não esteja nesta sala, mas nós de facto não, não gostamos muito de perder tempo com provocações. E não é através de, de provocações a pedirem, ou a solicitarem, ou a desejarem uma união de Esquerda que nós chegamos lá.

Quer dizer, nós temos que saber de facto de que lado estamos. Ou estamos do lado da Troica e o lado dos partidos que meteram o país nesta situação ou então estamos no lado inverso, do lado dos trabalhadores e do lado das populações, para lutar contra todas estas desigualdades que temos vindo a passar, infelizmente. E parece também que, nas palavras do Sr. Deputado, quer dizer estávamos num mar de rosas antes de dois mil e onze e, a partir de dois mil e onze, passámos para um mar de espinhos! Também não é bem assim, não é, o país já estava com as dificuldades que tinha em dois mil e onze, pese embora tenham-se agravado, infelizmente, a partir de dois mil e onze. Mas quer dizer a ..., [CDS-PP], [PPD/PSD] e PS só muda basicamente as letras, não é? A realidade é a mesma, infelizmente.

Relativamente a uma questão mais a nível de conteúdo, nós, Bancada da CDU, gostaríamos de solicitar, e ir mais longe até, alteração, portanto, a contar do fim no primeiro, segundo, terceiro, no quarto parágrafo a contar do fim quando dizem: *"É imprescindível restruturar a dívida"*. Não é *"restruturar"*, é renegociar; é ir mais longe. Temos que renegociar a dívida e não restruturá-la.

E, para terminar, gostaríamos só de perguntar, porque temos aqui algumas, algumas dúvidas o por quê de, de, de afirmarem no ponto quatro, no último: *"Restruturar, pelo menos, a dívida acima de 60% do PIB"*. Por quê sessenta e não sessenta e um? Não cinquenta e nove?

E, uma outra questão também, e a última, tem que ver com a..., no parágrafo que começa: *"A Assembleia Municipal de Palmela, reunida"* em tal, diz: *"...documento conhecido pelo Manifesto dos 74"*. Nós solicitaríamos, solicitamos, aliás, que fosse adicionado também *'e outras forças políticas'*, porque o Manifesto dos 74, quer dizer, é um Manifesto com um conjunto de pessoas, mas há outras que não fazem parte do Manifesto mas que também defendem e apoiam o seu conteúdo. E, por enquanto, é só. Muito obrigada."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"É muito rápido."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Não temos mais... Desculpem, nós vamos ter que terminar esta.... Temos mais duas Moções e estamos a chegar ao fim do nosso período."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"É muito rápido, Sra. Presidente, porque [?] há aqui algum, algum equívoco. Para além doutros equívocos, que não vale trazer [?] pena para aqui para, à coação.

A Moção foi apresentada no sentido de todos nós percebermos estamos a atravessar momentos muito difíceis - se calhar muitos dos que estão nesta sala não estarão; outros estarão; uns estarão mais, outros estarão menos. Mas a verdade é que todos, todos como povo a fazer, a atravessá-los.

E a verdade é que há coisas que nos podem unir e não dividir, e esta penso eu que é uma coisa que nos deve unir. Mais palavra, menos palavra; mais 1%, menos 1% – os 60% estão definidos no Tratado. E, portanto, é os 60% a partir dos quais eles exigem que nós temos que descer a Dívida Pública até aos 60%. Portanto, a partir daí, se calhar poderíamos negociar, ou não. *"Renegociar/restruturar"*, é uma questão só de palavra. Acho que o próprio Jerónimo de Sousa já disse que estava de acordo com algumas coisas do Manifesto. Portanto, não sou eu que o digo, é o Jerónimo de Sousa. E o Jerónimo de Sousa, penso que é o Secretário-geral da CDU, do PCP [Partido Comunista Português]! E, portanto, se ele estará de acordo, quem sou eu para dizer que não!

Depois, em relação ao [BE]. O [BE] é só ir ao *site* esquerda[.net]. Está lá; está aqui à minha frente: *"Manifesto [?] restruturação da dívida dá origem a petição. Vamos apoiar."* Está aqui. E, portanto, se o [BE] em Palmela não apoia o Manifesto para a subtração da dívida, terá de explicar ao [BE] Nacional que não apoia. Mas aqui tomará uma posição que achar que deve ser mais correta – está aqui na esquerda[.net] e está o Francisco Louçã e está o Grupo Parlamentar do [BE] preparado e posto logo à frente para que a petição fosse discutida.

E, portanto, eu não vejo sinceramente qual é a necessidade de andar aqui a fazer jogadas, porque isto não é uma jogada política nada. É olhar para o país, sentir o país e querer dizer ao país..., porque estão aqui homens de Direita à Esquerda. Não sou eu. Eu quando escrevi, nós quando escrevemos aqui da *'Direita à Esquerda'*, não fui eu..., não o fiz por acaso. Está aqui. Estão aqui homens da Direita, como estão aqui homens mais à Esquerda que eu, e estão aqui homens muito mais à Direita do que eu. Isto não é um problema de Esquerda e de Direita. É um problema de bom senso. É um problema de povo – já que se gosta falar muito em povo, então olhemos para o povo, quando o povo precisa de nós! E o povo precisa de nós neste momento. E se calhar precisa de nós mais unidos do que divididos. Mais unidos no que é fundamental e menos divididos, porque o povo precisa exatamente resolver, ver resolvidos os problemas. E o povo está pouco preocupado se é "restruturar, se é renegociar". O povo quer é ver as coisas resolvidas. E fico descansado para já lhe dizer que no PS há vozes muito fortes e hoje maioritárias, porque todos nós sabemos que é difícil. Ninguém decide que amanhã quando ganharmos as eleições, se ganharmos, chegamos lá e pomos, pomos tudo como estava. Não! É difícil, tem que se fazer lentamente, porque tem que se fazer bem e não se pode enganar o povo, porque a demagogia política daqueles que nunca governaram essa, sim, [?] leva ao engano, porque leva a fazer pensar às pessoas que é tudo fácil. *'A gente agora ganha as eleições, chega lá, toma lá os ordenados que perdeste.'* Queria eu, queríamos todos nós, que isso acontecesse. Quem é que não queria?! Mas não vai ser possível. Não vamos fazer demagogia nisso.

Agora, é possível (com estas medidas de restruturação, abaixamento de juros) pagar aquilo que efetivamente devemos pagar – porque ninguém quer ficar a dever a ninguém -, porque no fundo estamos aqui a fazer o que qualquer família responsável faz quando tem problemas com a banca; quando tem problemas com dívidas. É o que estamos a pedir ao país.

É que este Governo negociou dezassete vezes com a Troica e mudou o Memorando. Disse-o à boca cheia, desde o princípio, que era mais memorandista que o Memorando. Uma semana dizia que não retirava subsídios e no dia a seguir estava a retirar os subsídios! Quantas vezes já disse qua não havia mais cortes? Quantos cortes fez a seguir?! É isto que nós não podemos fazer na política."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Tem que terminar."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Nós temos que ser sérios. E, portanto, nós apresentámos isto porque estamos preocupados. Quem estiver preocupado, vai connosco. Quem não estiver, fica no seu caminho e segue o seu caminho e estamos cá, porque a Democracia é isso mesmo.

Agora há pequenas alterações, eu não, não, não discordo que aquela alteração de..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

[Em virtude da intervenção ter sido proferida em simultâneo, não é possível transcrevê-la.]

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Sim, sim, sim. É isso."

Pelas vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos, ausentou-se da participação dos trabalhos a **Sra. Carla Oliveira do PS**.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Então, consideradas as pequenas alterações introduzidas pela.... O [BE] prescindiu, não foi? Consideradas as pequenas alterações, vamos votar esta Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezoito da CDU e sete do PS), três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e duas abstenções do BE.

Houve várias intervenções por parte de alguns Membros da Assembleia e pela Sra. Presidente da Mesa mas, em virtude de terem sido proferidas em simultâneo, não é possível transcrevê-las.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"(...) com as alterações propostas pela CDU."

Pelas vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, a **Sra. Carla Oliveira do PS** retomou a participação nos trabalhos.

Saudação do PS - *"Saudação ao [«1.º de Maio»] de 2014"*

Tomou a palavra a **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Tânia Ramos do BE**:

"Boa noite a todos. Eu vou ficar de pé, porque o assunto assim o indica.

Em primeiro lugar vou dizer que o [BE] vai votar a favor. Não é essa a questão. A questão é que eu estou um pouco incrédula pelo facto de ter sido lido quatro, duas páginas..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Tem razão."

A **Sra. Tânia Ramos do BE**:

"..., respetivamente frente e verso, quando a nós, [BE], no início foi-nos pedido para não lermos; para sermos suscintos.

E também na Assembleia Municipal anterior em relação ao assunto da Área Metropolitana de Lisboa, nós não lemos o nossa Moção. Foi-nos pedida para sermos suscintos. Penso que temos que relembrar então hoje aqui o «25 de Abril», quer dizer, que temos que ser iguais, todos temos de ter acesso, todos temos de ter a mesma liberdade de expressar e de ler aquilo que as Bancadas pretendem. Era só isso que eu queria ressalvar. Muito obrigada. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Tem toda a razão, eu, eu na altura não fiz..., não enfatizei a questão da apresentação, isto é, tentei deixar um bocadinho ao critério de cada um. É evidente que só o Carlos Oliveira [do BE] foi o primeiro a intervir é que fez essa síntese, a partir daí toda a gente leu. Portanto, de facto é, é uma coisa um bocadinho difícil. Eu reconheço que uma Moção deste tamanho, por exemplo, quer dizer, é fácil sintetizar. É muito fácil sintetizar, mas o [PS], se calhar queria fazer questão da apresentar assim. Não sei. É uma discussão que a gente pode ter noutra altura sobre..., em, no Período Antes da Ordem do Dia quando tivermos menos Moções. Está bem? Hoje foi assim porque achei que as Moções, pelo tema, eram importantes. Mais intervenções."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Não, não..., ora, nós vamos votar favoravelmente os considerandos da Moção. Evidente que havia depois, aqui no texto, muita coisa que merecia ser debatida. Só que com a extensão de texto, com a extensão da Moção, eu acho que iriamos eternizar e iriamos afastar-nos do essencial que é os considerandos.

No entanto, e apenas como nota aos autores e subscritores da Moção, à Bancada do [PS], quando referem, por exemplo que *"A divisão sindical e fraqueza das suas organizações, e a multiplicação de processos negociais paralelos e de convenções [coletivas]"*. Ora, *"divisão sindical"*. Mas a pergunta que eu faço é: mas os Senhores querem o quê? Querem a unicidade sindical?! Houve quem defendesse no passado, e o [PS] foi, e bem, quem mais se opôs. Mas eu terei todo o prazer em vos trazer um livro sobre a fundação da União Geral de Trabalhadores (UGT) para que possam depois aprofundar essas matérias."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Mais alguma [intervenção?]."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU**:

"Obrigado, Sra. Presidente. Nesta Moção há aqui uma, uma, uma, um parágrafo que a mim me causa aqui alguma, alguma confusão. Ou seja, há aqui uma..., onde diz: *'Na área, na área sindical Portugal apresenta um modelo de relações laborais que se carateriza por uma dependência de alguns sindicatos em relação aos partidos políticos, fortes divisões sindicais e, finalmente, um predomínio de estratégias de oposição e conflito permanente.'*

Eu julgo que este parágrafo não ajuda, não ajuda a harmonia que [?] está feito atrás. Ou seja, está a tentar diabolizar aqui partidos políticos, tentando obrigar sindicatos a partir dos políticos como se isso fosse o pior, como se isso fosse o pior que acontecia ao Movimento Sindical. Ou seja, se os partidos políticos não são o garante da Democracia no nosso país! Portanto, esta, esta questão da *"dependência de alguns sindicatos"*, com certeza que todos os Partidos que estão aqui representados nesta Assembleia têm essa, têm, têm dirigentes seus mesmo no Movimento Sindical, e muito bem! Não percebo por que é que isto é mau, apresentado aqui mau, em relação a, aos sindicatos a dependência em relação..., porque se, se, se a UGT tem as ligações todas à, à, é às Bancadas que estão aqui em frente, com certeza que a [Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) há-de ter também e com o PS na CGTP também.

Portanto, eu não percebo por que é que isto, por que é que este parágrafo há-de aparecer nesta, nesta Moção. Eu atrevia-me a pedir que este parágrafo fosse retirado e não, e não retirava nada a força que tem a Moção do "«1.º de Maio»"."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem, é uma proposta direta ao PS. Vamos ouvir o PS sobre este assunto. Sim, Não, sem grandes considerandos Raul Cristóvão, vocês já gastaram muito tempo na leitura. Sem grandes considerandos. Sim? *Ok*, vamos embora. Vamos votar, então parágrafo... Retira-se mesmo o parágrafo, é isso?"

Intervenção de vários Membros da Assembleia que não foram identificados:

"Sim."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Ok. Muito bem. Pronto, então com a alteração, com a alteração proposta pela CDU."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pedia à CDU que apresentasse a Moção sobre o «25 de Abril» ou que antes de apresentar a Moção sobre o «25 de Abril» perguntava à, à, à CDU e ao PS se tínhamos possibilidade de convergir aqui nas..., transformando numa só Moção, ou se apresentamos as duas e aprovamos as duas."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU**:

"A gente não tem nada contra, só que esta Moção, a gente para abreviar metemos a Moção do «25 de Abril» e a questão do «1.º de Maio» também."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pois."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU**:

"Se entenderem que não há problema..., não há problema."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Acho, acho que não há problema nenhum em se construir um texto na base das duas e propunha que, se estivermos de acordo, se forem aprovadas não é, que depois se construísse um texto através de dois ou três, dois elementos da..., de cada Bancada que pudessem, ou um elemento de cada Bancada, que pudessem congregar esse texto num texto final que... Claro, sabendo nós que garantindo, tendo nós a garantia logicamente que o espírito está lá e, portanto, não é preciso estar... Por mim, por nós, tudo bem."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Estamos todos de acordo com isso? Então, e..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS-PP**:

"Bem, nós sem sabermos o texto é um bocadinho difícil estarmos a aprovar."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Então, não têm as Moções?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS-PP**:

"Temos as duas, mas não sabemos o que é que vai ser selecionado, não é?"

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Por quê, tencionavam votar contra alguma delas, era? É."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS-PP**:

"Talvez propuséssemos algumas alterações."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Então pronto, vamos cada um apresentar a sua Moção."

Moção da CDU - *"40 anos da [«Revolução de Abril»] de 1974"*

Tomou a palavra o **Sr. Nidberto Paiva da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Eu atrever-me-ia a começar pelo fim, ou seja, não nos criaria nenhum obstáculo, antes pelo contrário, *'a defender que as freguesias devam promover e estimular amplamente a celebração da «Revolução de Abril» e do «1.º de Maio»'*, nem o *'apelo a todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e população, para se associarem às comemorações dos 40 anos do «25 de Abril» e do «1.º de Maio», na afirmação do Poder Local Democrático e na defesa das freguesias.'* Com isto nós nos revemos.

Não nos revemos é com os considerandos, nem com a questão de *"rejeita liminarmente o processo de eliminação de freguesias"*. Acho que pode haver noutro fórum e noutra discussão reabrir alguma discussão sobre a fusão das freguesias – não houve eliminação, houve fusão. Eu tenho a minha opinião pessoal. A minha opinião pessoal é que há situações que poderão ser revistas e a própria reformulação da Lei poderia, nalguns casos, ser revista porque, também na minha opinião pessoal, não foi tido em conta nalguns processos de fusão de freguesias a questão da dimensão territorial do concelho. Eu acho que isso, na Lei geral deveria ter sido tido em conta. Esta é a minha posição face a, mais uma vez, algo que vinha também no Memorando de Entendimento, mas..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Desculpe, situe-se aqui na Moção. Quer fazer alguma alteração?"

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Para situar-me na Moção, Sra. Presidente, a questão da Moção é que precisamente a Moção é sobre o «25 de Abril» mas fala sobre freguesias! Por isso é que eu estou a falar sobre freguesias, senão não o faria.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pronto, mas se tem uma proposta de alteração..."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"A proposta de alteração era se retiravam este ponto."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pronto, muito bem. Mais alguma questão, objetivamente sobre a Moção, sem considerações de fundo. É sobre o que está aqui, também?"

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Sra. Presidente, eu gostaria de ter uma intervenção sobre o «25 de Abril» e não só sobre a Moção".

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Não. Mas então sobre isso, desculpe. Não. O [PS] tem a seguir uma apresentação de uma Moção sobre o «25 de Abril» e, portanto, eu presumo que a intervenção do [PS] sobre o «25 de Abril», nesta sessão, está naquela. Está? Pronto, muito bem. Alguma questão sobre a Moção? Vamos votar? Vamos votar."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Nós acompanhamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Saudação do PS - "*[«25 de Abril»] de 2014"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho do PS** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Ora, efetivamente a nossa posição e o nosso discurso sobre o «25 de Abril», e a Saudação ao «25 de Abril» vai ser feita na sessão solene do «25 de Abril», e demonstraremos as nossas posições.

Esta Moção padece aqui de algumas afirmações pelo que não a, não a iremos votar favoravelmente, remetendo então a nossa posição sobre o «25 de Abril» para essa data que fizemos, bem como no «1.º de Maio». Aliás, se forem ver ao *site* do [CDS-PP], o «1.º de Maio» está lá apontado com o Movimento Sindical das Mulheres Americanas.

Aqui estão esquecidas algumas sucessivas alterações ao Código do Trabalho. Eu aqui concordo com o meu colega de Bancada, Carlos Vitorino, porque efetivamente o PS parece que não alterou o Código do Trabalho! E alterou; e alterou as Convenções Coletivas de Trabalho. Portanto, temos aqui alguns considerandos; não há fatalismos. Não defendemos o *"capitalismo desenfreado"* - eu pessoalmente não defendo; isto é a minha posição pessoal. Não sou Liberal, também assumo aqui. Mas efetivamente não votaremos, até porque mesmo nas pessoas de Esquerda encontro algumas incongruências; muitos que defendem o Serviço Nacional de Saúde, como está aqui afirmado, vão para o privado. E na Educação a mesma coisa. Portanto, às vezes, nem todos temos coerência em todos os momentos. A verdade é esta."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pronto, não há nenhuma sugestão concreta à Moção, a não ser eventualmente esta crítica sobre... Portanto, penso que o PS não quer alterar a sua Moção, não é? Muito bem. Então vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do BE) e a abstenção do PPD/PSD.CDS-PP (três votos).

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, informou o **Sr. Presidente da Câmara**:

"Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Permita-me que cumprimente V. Exa. e torne extensivos através da sua pessoa os meus cordiais cumprimentos a todos os presentes.

Apesar de termos um Relatório da Atividade Municipal com uma estrutura bem explícita e com dados de enorme detalhe e que se estende por cento e quatro páginas, eu faria questão de destacar aqui alguns aspetos, e vou tentar não ser muito longo, resumindo a introdução a cerca de duas páginas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Jornalistas, Sras. e Srs. Munícipes, importa referir que no período a que reporta o presente Relatório, a intensa atividade desenvolvida pela CMP no domínio da qualificação do território foi complementada com um conjunto de iniciativas e ações de caráter institucional no sentido da sensibilização e reivindicação de investimentos urgentes para o concelho. A Autarquia manteve neste período, como tem sido sua prática, a disponibilidade para cooperar e encontrar soluções que permitam a concretização de obras de reconhecida necessidade para o quotidiano das populações. Nesse sentido, foram feitas reuniões de trabalho com representantes da Tutela e estruturas do Poder Central para desbloquear ou concluir vários investimentos. Estão entre eles, as obras da Escola Secundária de Pinhal Novo, o pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela, a regularização da Ribeira de Palmela e da Ribeira da Salgueirinha, a instalação do Destacamento Territorial de Palmela da GNR e a construção do novo centro de saúde de Pinhal Novo.

Foram, por outro lado, neste período, lançadas várias empreitadas. Citaria, nomeadamente, a empreitada de beneficiação do Centro Comunitário de Águas de Moura, a adaptação da cave do Centro Municipal da Juventude, em Pinhal Novo, para sala de ensaios, a execução do caminho paralelo à linha do caminho de ferro, em Fernando Pó, e juntaram-se, naturalmente, a estes investimentos outros que estão em curso, como a beneficiação da estrada que liga o Caminho Municipal 1029 e a Circular Norte da Autoeuropa, a construção da ciclovia envolvente poente de Pinhal Novo e a retoma dos trabalhos da construção do Espaço Cidadão no Centro Histórico de Palmela.

Depois, importa também salientar, pelo número de intervenções que está também escalpelizada no Relatório, uma ação empenhada dos trabalhadores do Município, embora sejam cada vez em menor número e muito aquém das necessidades do território. Tratou-se de uma ação decisiva, consubstanciada em largas dezenas de intervenções por administração direta, sobretudo na rede viária, contribuindo para melhorar a segurança de pessoas e veículos, e qualificar o espaço público nas cinco freguesias do concelho.

No domínio da Segurança e Ordem Públicas, foi concluída a construção do Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da GNR. No entanto, as novas instalações apenas acolheram os serviços e efetivos do Posto da GNR de Palmela, contrariando as expetativas da população e da Autarquia, que iniciou de imediato diligências no sentido da concretização do objetivo inicial que justificou o investimento público, designadamente, que foi também da responsabilidade da CMP. Recordo que, para além de reunião já ocorrida com o Sr. Comandante-geral da GNR, tive oportunidade de solicitar também já reunião ao Sr. Ministro da tutela para clarificar este assunto.

O Gabinete do Centro Histórico de Palmela alterou neste período o perfil da sua equipa de forma a adequar-se melhor às necessidades, e definiu um plano de ação tendo como eixos prioritários a qualificação e recuperação de espaço público, a dinamização económica e o desenvolvimento sociocultural no âmbito da Semana da Freguesia de Palmela. A [CMP] dinamizou duas sessões com parceiros e população para balanço do trabalho no Centro Histórico e uma reunião pública para apresentação de vários projetos, dos quais destaco também o arranjo do espaço público no Largo D. Maria I, após a desativação do posto de abastecimento de combustível.

No domínio da Defesa e Proteção do Ambiente destaca-se, entre várias ações, sobretudo, a realização das Oficinas do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela (PAESP), envolvendo a população e a comunidade escolar.

Registou-se ainda uma intensa atividade no plano cultural, abrangendo diferentes expressões artísticas. Os equipamentos municipais acolheram cento e vinte e seis iniciativas com a participação de mais de quatro mil e quatrocentas pessoas. É de registar, neste âmbito, o grande dinamismo do Movimento Associativo que promoveu durante este período, com o apoio da [CMP], um conjunto de iniciativas mobilizadoras das comunidades em que se inserem, com destaque para o desfile do carnaval em Pinhal Novo.

O "Março a Partir" contou, este ano, com o envolvimento de quarenta e três entidades, associações juvenis, grupos informais, na promoção e dinamização de mais de meia centena de iniciativas que decorreram em equipamentos municipais, espaços públicos, estabelecimentos de ensino. A música, o desporto, a dança, a literatura, o ambiente, o património, a solidariedade e o empreendedorismo mobilizaram mais de quatro mil jovens ao longo do mês.

A [CMP] esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, onde, para além da promoção do concelho como espaço de múltiplas ofertas turísticas, fez a apresentação dos Campeonatos da Europa de Orientação Terrestre e do Campeonato Europeu de Orientação de Precisão ("EOC/ETOC 2014") que, aliás, acabam de arrancar há dois dias.

Neste período foi assinado o Acordo de Cooperação entre os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra e a ADREPES [Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal] para a criação da "Rota dos Castelos da Arrábida", uma oferta turística concertada em torno da nossa Serra-Mãe.

Com o objetivo de aprofundar a relação do Poder Local com as populações, decorreram, neste período, a Semana da Freguesia de Marateca e a Semana da Freguesia de Palmela que contou com múltiplos espaços de encontro, discussão e participação de projetos para cada um dos territórios.

A Autarquia tem, entretanto, colaborado com a Área Metropolitana de Lisboa, Conselho Metropolitano, na preparação do Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana, e com a CCDR-LVT [Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo] para a elaboração do Plano de Ação Regional de Lisboa [PAR-L] 2014-2020, documento estratégico para a conceção e implementação do Programa Operacional da Região de Lisboa [POR Lisboa] no âmbito do novo Quadro de Apoio Comunitário, designado "Portugal 20-20".

Do mesmo modo tem tentado intervir ativamente no sentido de marcar posição, defendendo os interesses do concelho e da região, influenciar opções, quer do Grupo de Trabalho, quer do Governo, no que concerne aos investimentos nas designadas Infraestruturas de Alto Valor Acrescentado [IEVA - Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado]."

Sobre o Relatório da Atividade Municipal foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Boa noite, Sra. Presidente, Membros da Assembleia, público, Srs. Jornalistas, Técnicos da [CMP], Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores.

Duas ou três notas, tentando seguir o, a recomendação da Sra. Presidente de não sermos muito extensos, mas entrámos agora no Período Antes do Dia, da Ordem do Dia, e, portanto, gostaria de tecer aqui algumas comentários e fazer duas perguntas só, sobre este Relatório das tais sessenta e quatro páginas.

Habitualmente leio-o todo, fi-lo desta maneira e gostava que pudesse, Sr. Presidente, retificar a página cinquenta e um porque efetivamente a empreitada de Execução do caminho paralelo à linha da CP, em Fernando Pó, está nas intervenções em fase de concurso ou de preparação – aqui não sei, face ao seu Relatório -, e não está concluída como diz na página cinquenta e um. Pronto, é um...

O **Sr. Presidente da Câmara**:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.]

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Pronto, exatamente. Portanto, é só cortar. Foi o «passe e corte», foi o «passe e corte»."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.]

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sr. Presidente, vamos lá ouvir todos e depois responde no fim. Vá, que é para a gente..."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Relativamente, relativamente a este, a esta, a este Relatório situei na análise à execução orçamental e é visível que estamos a receber mais do que aquilo que recebemos em dois mil e treze e estamos a pagar menos do que aquilo que tínhamos pago em dois mil e treze. Todos os impostos diretos e estão acima daquilo que estavam no mesmo período de janeiro a março de dois mil e treze e, essa, esse crescimento é de cerca de 45%. É uma surpresa, digamos que talvez a Derrama, aqui nos 108.000 € (cento e oito mil euros), possa ser uma surpresa. Mas todos os outros impostos que aqui estão não são uma surpresa o crescimento dos mesmos.

Por outro lado, ao nível das Despesas crescem os Encargos Decorrentes da Dívida, cresce os Passivos Financeiros e, eu que sempre falo aqui, enfim, de uma forma um bocadinho ríspida em relação à Palmela Desporto [Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda.] e à forma como a Palmela Desporto organiza a sua empresa municipal, custa-me que durante os três primeiros meses a Palmela Desporto não tenha recebido qualquer verba da [CMP], ao contrário daquilo que está protocolado entre a [CMP] e a Palmela Desporto. Todos sabemos que a Palmela Desporto deu prejuízo no ano anterior, esses prejuízos estão devidamente enquadrados no Orçamento da [CMP], agora o que é estranho é como é que durante estes três primeiros meses a Palmela Desporto não conseguiu receber aqui absolutamente nada. É..., - eu estou mesmo a dizer isto, Sra. Vereadora Adília [Candeias]; pode, pode, pode afirmar; eu estou a dizer isto. Estou a defender a Palmela Desporto, neste caso.

Relativamente ao IMI [Imposto Municipal sobre Imóveis], relativamente ao IMI, vamos voltar a falar do IMI, e vamos voltar a falar do IMI por uma questão simples – é que eu já lá tenho o papel em casa como vocês todos têm. E vamos pagar aquilo que a [CMP] fixou e ponto final. É certo também que embora no ano anterior se tenham apresentado muitas teorias sobre o IMI a que se revela efetivamente, ou que se vem revelar a mais correta, quer com a prestação de, com a apresentação da Prestação de Contas, quer com o primeiro Relatório de final do mês de janeiro, quer com este com os três primeiros meses, há aqui uma postura e uma perspetiva que me parece que é mais acertada ou assertiva que aqui houve foi realmente aquela que o PS foi sempre apresentando. Enfim, fruto com certeza das suas assessorias técnico-jurídicas, o PS conseguiu aqui sempre perceber que o valor do IMI teria um valor muito próximo daquele que efetivamente acaba por ter.

Eu recordo-me que na sessão de Câmara em que aprovou, em que se aprovou, em dois mil e doze, o valor do IMI para dois mil e treze, em novembro, o Sr. Presidente, agora Presidente, ex-Vereador, foi, acabou até por dizer que, enfim, *'veremos se isto tem crescimento ou não tem crescimento face a todos os números que nós conhecemos.'*

Ora, estranhei, quando olhei para este, para a estrutura da Receita que nos primeiros três meses do ano de dois mil e catorze, tenham entrado nos cofres da [CMP] 606.000 € (seiscentos e seis mil euros) proveniente de IMI! Estranho, porque é uma coisa em contra ciclo - nós ainda não pagámos o IMI, portanto, o IMI não pode ter sido entregue à [CMP] -, [?] é uma coisa em contra ciclo com aquilo que são as nossas prestações. Pronto. E, portanto, falei com a Sra. Chefe de Finanças, na minha condição de Membro da Assembleia Municipal, que não me conseguiu esclarecer nada, mas que remeteu, que me remeteu para o Sr. Diretor de Finanças de Setúbal, Dr. Carlos Brandão, que me explicou detalhadamente os mecanismos das transferências de verbas para as câmaras municipais, Palmela incluído, porque eu estranho isto. Como é que se chega a este valor e como é que isto acontece. Falou-me inclusivamente num período excecional de regulação de dívidas em dois mil e treze, mas o valor que me deu para Palmela fica muito longe – será menos de 10% do valor recebido nestes três meses. Falou-me também de um portal onde mensalmente a Autarquia acompanha a cobrança do IMI e, enfim, tenho mostrado aqui alguma estranheza minha face a estes valores que aparecem.

Portanto, eu gostava tentar perceber, que me esclarecesse o Senhor, o Sr. Diretor de Finanças, este valor destes seiscentos e oito mil euros, são provenientes essencialmente de onde. E depois, tentar perguntar se quando fez o Orçamento de dois mil e catorze, que fez aquele Orçamento flacionado, como eu lhe chamei, de 10,3 milhões de euros para, de IMI, já lá tinha incluído a perceção destes seiscentos mil euros, ou não.

Por outro lado, já também disse à Sra. Presidente de Câmara que, para me tentar elucidar um pouco mais, farei chegar um requerimento para ter acesso à listagem enviada pela Direção de Finanças sobre os imóveis do concelho. O que me foi dito é que era entregue à [CMP] e, portanto, eu vou querer tudo isso. Muito obrigado, Sra. Presi[dente]."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim senhor. Não há nenhum pedido de intervenção então? Vi mal? Ah, há do CDS-PP mas é a [Maria Rosa Pinto].

O Sr. Carlos Vitorino do **PPD/PSD.CDS-PP**:

"[PPD/]PSD.CDS-PP."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Desculpem, vocês têm muitas siglas juntas."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Ora bem, esta página cinquenta e um eu, por acaso, também tinha visto aquela duplicação que terá sido um erro de colagem.

Agora no último parágrafo - *"reparação de vias em betão, betuminoso"*, fala aqui de uma *"Estrada das Cabeças Ruivas"*, em Quinta do Anjo. O [António] Mestre [da CDU] também é de Quinta do Anjo, da freguesia, nós conhecemos é a Estrada dos Cabeços Ruivos, não é? Era só para fazer esta pequena correção, mas isso é um erro de escrita, não será por maior importância.

O, os considerandos que irei fazer, efetivamente o eleito do PS, José Carlos, já teceu alguns. Efetivamente, relativamente ao IMI, também não fiquei surpreendida. E não ficarei surpreendida, em dois mil e catorze, quando o Sr. Presidente fizer a revisão do Orçamento, porque dois mil e catorze ainda vamos receber mais porque a cláusula de salvaguarda já está, portanto, com um aumento mais substancial nos IMI's. E todos já vimos isso quando recebemos os documentos para pagamento. Portanto, cresce aqui relativamente aos meses de dois mil e treze, janeiro a março de 2013/2014, crescem os IUC's (os Impostos de Circulação [Imposto Único de Circulação]), cresce o IMT [Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis], cresce o IMI e a Derrama; mas pronto, a Derrama é aqui um caso diferente.

Portanto, teríamos alguma razão quando dissemos que talvez pudéssemos ter feito uma redução um bocadinho mais substancial na taxa que, que foi proposta. No entanto, há aqui alguns casos em que por exemplo, a nível da Despesa, há aqui alguns valores substanciais – eu não quero estar a maçar aqui as pessoas porque não têm aqui os mapas que nós temos..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Eu recordo que temos uma Conta de Gerência para discutir. É só por isso. Isto é só a informação do Presidente da Câmara. São três meses.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"São três meses deste ano. Relativamente aqui aos Passivos Financeiros eu só queria aqui um esclarecimento em relação à Despesa prevista: este Passivo Financeiro [?], portanto, da dotação atual são 3.935.747 [€ (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete euros)], dos quais estão cabimentados duzentos e, duzentos e qua..." [Em virtude da má qualidade do áudio da gravação não é possível apresentar a parte final da intervenção.]

O **Sr. Presidente da Câmara**:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.]

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Página sessenta e três. Só queria aqui uma ligeira explicação relativamente a este Passivo Financeiro, o que é que ele contém efetivamente."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Há mais alguma intervenção sobre este ponto? Então, por favor, rapidamente segunda intervenção do [PS]."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"É muito rápido e é mais uma, manifestar aqui alguma satisfação pelo, pela existência, para já do protocolo para, para a solução do problema da Escola Secundária do Pinhal Novo, porque penso que é importante este protocolo existir e essa abertura da [CMP] que forçou um bocado a Parque Escolar. E, portanto, nesse aspeto penso que está a Escola Secundária do Pinhal Novo, e os munícipes do Pinhal Novo, e os jovens do Pinhal Novo, e os professores do Pinhal Novo, e todos aqueles que trabalham naquelas instalações, de parabéns.

Salientar que é preciso fazer um esforço enorme para agora, se calhar, podermos concluir o que falta na Escola Secundária de Palmela e definitivamente ficarmos com um equipamento, não diria de excelência porque seria de excelência quando foi programado, mas um bom equipamento, nomeadamente no que [?] questão à prática desportiva, que é o que falta aqui em Palmela, e também a juventude de Palmela precisa, porque não será só um pavilhão para a escola; será um pavilhão para a juventude, e não só, para a população. E, eu acho que, agora é altura de partirmos [?] protocolo, se forçar mais ainda aquilo que se tem feito – e tem-se feito em parceria -, mas forçar ainda mais esse trabalho.

E, por último, muito rapidamente porque acho que é justo que..., associarmos..., esta Assembleia Municipal associar-se ao Campeonato da Europa de Orientação Pedestre e ao Campeonato da Europa de Orientação de Precisão [EOC/ETOC]. Foi, foi com alegria que eu ontem comecei a ver atletas estrangeiros já pelas ruas

de Palmela. Dá uma outra vida ao Centro Histórico. Bom seria, para o Centro Histórico, que tivesse tanta gente assim como às ve..., como vai ter nestes dias, ou pelo menos, tanta vida.

E salientar aqui o trabalho dos voluntários, mas salientar aqui o trabalho das escolas. As duas Escolas Secundárias foram as grandes responsáveis e, nomeadamente, três professores. Permitam-me que distinga aqui o Professor Daniel Pó, o Professor José Paulo Pinho e o Professor Ricardo Chumbinho, que são os três grandes responsáveis pelo..., também com a Autarquia, de trazerem este, este projeto para Palmela, para o nosso concelho. E queria daqui deixar, acho que esta Assembleia merece, eles merecem que esta Assembleia lhes reconheça publicamente o trabalho que fizeram por isto. É só isto. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Obrigada. Então, Sr. Presidente, penso que...

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Posso?"

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Só, mas... [Em virtude da intervenção ter sido proferida em simultâneo, não é possível transcrevê-la.]

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Indo diretamente às questões suscitadas pelo Sr. Membro da Assembleia, José Carlos de Sousa [do PS], eu diria que algumas inferências acerca do comportamento da Receita nos primeiros meses do ano podem ser prematuras.

Relativamente à questão da Palmela Desporto referir que as transferências, os suprimentos só não foram executados porque, como sabe, estão sujeitas a visto do Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas vai pedindo algumas informações de uma forma avulsa, o que está a prejudicar, naturalmente, a tesouraria da Palmela Desporto.

Relativamente à questão do IMI. Pois bem, nós também gostaríamos de ter alguma informação, mas parece que o próprio Diretor-geral das Finanças não conseguiu esclarecer V. Exa.; eu terei mais dificuldade em esclarecer. Agora queria dizer-lhe que os 606.000 € [seiscentos e seis mil euros] realizados nos primeiros três meses do ano no IMI, comparativamente aos 318.000 [€ (trezentos e dezoito mil euros)] do ano anterior, nós não conseguimos com rigor, e o Sr. Diretor-geral de Finanças aqui também não nos consegue dar estes elementos, dizer a que anos se reportam estes pagamentos! Como é natural, no final do ano, havendo um período excecional e até com perdão de juros de algumas dívidas, etc., é normal que alguns pagamentos em atraso tenham sido feitos. Agora isto não se estima que sejam apenas questões que estiveram em reclamações e em contencioso referentes a dois mil e treze. Nós procuraremos e gostaremos sempre de ter essa informação com detalhe, até para sermos muito mais certeiros nas previsões que fazemos.

Relativamente às previsões que os Senhores fizeram, quando tivermos oportunidade de discutir a Conta de Gerência – recordo-lhe que a nossa estimativa falhou por 600.000 € [seiscentos mil euros] e que V. Exas. falaram num valor muito superior a 11 milhões [de euros] - palavras dos Srs. Membros da Assembleia, Raul Cristóvão [do PS] -, e houve também munícipes que falaram em cerca de 12 milhões [de euros]. E nós situámos em 10.900.000 € [dez milhões e novecentos mil euros]. Mas sobre isso, já lá iremos.

Quero ainda referir que, quando algumas vozes mais generosas falam em fazer um esforço de maior redução de impostos, etc., nós estamos a fazê-lo paulatinamente. Mas quero dizer-vos que mesmo essa redução e mesmo algum acrescento que estamos a ter, felizmente, relativamente ao IMT e até neste momento em [IUC], são manifestamente insuficientes com verbas que chegámos a receber em dois mil e cinco, em dois mil e seis, em dois mil e oito. Não é? Quando os Senhores quiserem fazer uma análise

comparativa, e eu já tive oportunidade de partilhar esses dados com V. Exa., é evidente que há aqui uma melhoria relativamente a dois mil e treze, mas olhe que em dois mil e oito tivemos valores muito superiores de Derrama! Tivemos valores muito superiores de IMT! Portanto, esta recuperação do IMT, para nós é um sinal positivo e até é muito mais significativo do que aquele que ocorreu no IMI.

E voltando à questão do IMI. Ainda sobre essa pretensa generosidade, dizer-vos que nós estamos a acompanhar a evolução da Receita com todo o rigor e com todo o cuidado, e teremos oportunidade depois, quando analisarmos a Conta de Gerência de dois mil e catorze, ver se efetivamente havia essas margens. Até porque V. Exa. está a esquecer-se de aspetos que deveriam ser do conhecimento dos Srs. Membros da Assembleia que tem que ver com 1% do IMI para as freguesias, que tem que ver com a criação - Sra. Membro da Assembleia [Maria] Rosa Pinto [do PPD/PSD.CDS-PP] -, duma falaciosa invenção do Governo do partido de V. Exa., que é a criação do Fundo de Apoio Municipal para apoio a municípios endividados e em dificuldades que, a ser aplicado - e nós estamos com o coração nas mãos por causa dessa pretensa Portaria que é capaz de sair em breve - vai arrecadar 50% do aumento do IMI obtido com a reavaliação, e que no nosso caso pode andar à volta de 660.000 € [seiscentos e sessenta mil euros]! Portanto, vamos acompanhar isto com calma e perceber também os pressupostos que estão na base da criação de alguma legislação e da tal Lei das Finanças Locais que nunca mais é a lei desejável para os municípios e para as freguesias para podermos, eventualmente, reduzir outros impostos.

Portanto, esta evolução da estrutura da Receita nos primeiros meses do ano pode vir a ser contrariada nos próximos meses, nomeadamente, quando tivermos a primeira liquidação do IMI, cujos resultados saberemos no final de maio, e que depois veremos se o comportamento é idêntico ao ano anterior, ou se não é até inferior, dado que houve um ligeiro abaixamento. Vamos acompanhando. O que lhe quero dizer é que mesmo com estes ligeiros aumentos isto não chega para os investimentos que são necessários fazer no nosso concelho.

Relativamente aos Passivos Financeiros, ora bem, nós temos que tentar, por vezes, documentar-nos para percebermos melhor como é que estas coisas funcionam. Este Passivos Financeiros, a dotação atual – isto é uma previsão – de 3.935.000 € [três milhões, novecentos e trinta e cinco mil euros], tem que ver com 2 milhões [de euros] do empréstimo de curto prazo que foi aprovado também por esta Assembleia, e como vos disse e tenho a oportunidade de reiterá-lo agora, trata-se de um empréstimo de curto prazo para eventualidade de necessidade de tesouraria, e nós estimamos poder não tocar nestes dois milhões [de euros]. Mas, temos que incorporá-los nos nossos documentos previsionais! Portanto, eles têm que estar aqui. Sra. Membro da Assembleia, logo aqui tem a explicação para dois milhões.

O outro 1.900.000 [€ (um milhão e novecentos mil euros)] tem que ver com os empréstimos de médio e longo prazo que contraímos há vários anos e que vamos, naturalmente, abatendo e suportando estes encargos financeiros. Agora, não é lícito dizer-se que há aqui um aumento dos encargos financeiros! Aliás, vamos ter a oportunidade de ver isso na Conta de Gerência de dois mil e treze, porque são deduzidos os encargos financeiros.

Sr. Membro da Assembleia, Raul Cristóvão, [do PS], acompanho o comentário de V. Exa. relativamente à importância do conjunto de parceiros na realização do EOC/ETOC no nosso território, sendo que naturalmente o Município também teve a visão estratégica de investir, e bem, neste evento que esperamos que deixe e que acrescente valor ao nosso território e faremos um balanço lá mais para diante. Mas acompanho de facto o seu comentário na importância que temos de dar ao conjunto dos parceiros e em particular aos precursores desta modalidade que começou de facto no desporto escolar e que começou também com o apoio do Município de Palmela e com a criação de um núcleo, da chamada "Lebres do Sado" – e afinal sendo do Sado até era tudo gente de Palmela. Foi um dos primeiros clubes de orientação daqui, e que com a dinamização desta modalidade permitiu divulgá-la e chegarmos hoje a resultados de nível no âmbito do desporto escolar. Esses três nomes que mencionou, meus ilustres colegas, são de facto, têm sido agentes determinantes na promoção e da divulgação da modalidade.

Relativamente às diligências feitas junto à Administração Central, fizemos várias e vamos continuar a fazer. E os resultados conseguidos no protocolo com a Parque Escolar para a abertura do portão da entrada principal, e entrada, o mais breve possível, em obra - cuja empreitada terá de ser lançada até final de abril - , ainda nos sabe a pouco porque aguardamos autorização da tutela para que possam ser retomadas as

obras da terceira fase que tanta falta faz ao estabelecimento de ensino. Mas tivemos finalmente a prova de que está tudo pronto em termos procedimentais e concursais para retomar o resto da empreitada.

E relativamente à Escola Secundária de Palmela, fizemos recordar à Parque Escolar, e estamos a aguardar uma audiência com o Sr. Ministro, que já havia um compromisso e um despacho de uma anterior Ministra da Educação, no sentido da Parque Escolar passar ao trabalho para projetar e programar as obras da terceira fase e, quando nos disponibilizámos para um Contrato Programa no Pavilhão, demonstrando aqui, mais uma vez, a nossa postura de cooperação institucional (obviamente não pretendemos pagar a terceira fase da escola), a comparticipar.

Para o pavilhão estamos de acordo, consideramos que ele pode depois ter uma forma de gestão e de utilização pela comunidade. Já quanto à escola, terá de ser o Ministério da Educação e a Parque Escolar a assumir as suas responsabilidades, mas estamos perfeitamente sintonizados com a Comunidade Escolar, com a Comunidade Educativa neste desígnio."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2013.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, informou o **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu permitia-me também fazer aqui uma introdução, que me perdoem se é extensa, mas que é fundamental para quem nos ouve e não tem acesso aos documentos, perceber que numa Prestação de Contas temos que falar naturalmente também do grau de execução de um conjunto de ações e de investimentos que fazem parte do Plano de Atividades e das Grandes Opções do Plano [GOP] do Município.

Queria destacar no domínio da Qualificação e Modernização do Serviço Público um trabalho que geralmente não é visível mas que constitui uma das principais linhas de orientação no plano interno que passou pela adoção de medidas de simplificação de procedimentos, desburocratização e desmaterialização de processos de forma a tornar mais céleres as respostas e a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços municipais. A par da implementação do Sistema Integrado de Documentos de Atendimento Municipal, que veio contribuir para a melhoria da circulação interna e despacho de processos, foram alargados os serviços *onlines* e desenvolvido um projeto piloto de gestão de reclamações e implementados os sistema de indústria responsável e do licenciamento zero.

O Atendimento Municipal conheceu novas etapas no seu crescimento e consolidação, qualificação e formação dos seus trabalhadores, melhoria de procedimentos internos – e para se perceber um pouco o peso que tem este trabalho também na nossa organização, eu citaria que em dois mil e treze registaram-se 70.617 [setenta mil, seiscentos e dezassete] atendimentos.

A Autarquia, por outro lado, investiu na formação interna dos seus quadros, requalificou e readequou alguns a novas tarefas face às restrições de novos recrutamentos e à necessidade de trabalhadores com competências específicas. Registaram-se trinta casos de mobilidade de serviços, entre serviços, e é importante também recordar que em dezembro de dois mil e treze a [CMP] tinha um total de 933 [novecentos e trinta e três] trabalhadores, o número mais baixo desde dois mil e quatro, dos quais 51% exercem funções em áreas operacionais.

No domínio do Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e Desportivo que integra, entre outros, o conjunto de funções sociais, o Município procurou garantir prioritariamente todas as suas atribuições no domínio da Educação, dirigiu parte do seus recursos, uma parte muito significativa dos seus recursos, para os transportes escolares, para o Programa de Alimentação Escolar e Ação Social, suportes fundamentais para as famílias em tempo de grandes dificuldades e para a conservação e manutenção das escolas.

Referir aqui, mais uma vez, que o transporte escolar foi assegurado a mais de 2.500 [dois mil e quinhentos] alunos, mantendo a Autarquia a decisão de o garantir a alunos que residam a mais de 2 km [dois quilómetros] do estabelecimento de ensino, apesar da Lei fixar em 4 km [quatro quilómetros] a distância para o transporte obrigatório. É uma medida inclusiva que beneficia muito mais alunos.

Também destacar aqui que o esforço financeiro de mais de um milhão de euros foi comparticipado pela Administração Central em cerca de 120.000 € [cento e vinte mil euros]. De igual forma foram garantidas diariamente através do Programa de Alimentação Escolar 3.000 [três] refeições, o que significa que 94% das crianças e alunos da educação pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico almoçaram nos refeitórios escolares do concelho. No último ano letivo 1.334 [mil, trezentas e trinta e quatro] crianças beneficiaram de uma refeição diária gratuita. Foram mais de meio milhão de euros investidos pela Autarquia, cabendo ao Ministério uma comparticipação de 129.000 € [cento e vinte e nove mil euros], sendo que o investimento em alimentação é muito superior porque houve também famílias não beneficiárias da Ação Social Escolar que, por sua vez, comparticiparam em 324.000 € [trezentos e vinte e quatro mil euros]. O parque escolar foi objeto de diversas obras de manutenção e beneficiação. Um valor de 842.000 € [oitocentos e quarenta e dois mil euros] – isto não é só ter escolas novas, elas precisam de manutenção e requalificação permanente -, a que devem ser acrescentados mais 306.000 € [trezentos e seis mil euros] que são descentralizados para as juntas de freguesia, destinados aos trabalhos de conservação e reparação destes estabelecimentos de ensino.

No domínio da Cultura, a [CMP] reforçou o trabalho de parceria e de acolhimento de projetos e iniciativas da comunidade e produtores independentes das mais diversificadas expressões artísticas, apoiando fundamentalmente no plano logístico e técnico face à redução dos recursos financeiros, materiais e humanos. Foi possível desta forma manter uma programação diversificada e de qualidade nos equipamentos municipais, com particular destaque para o Cineteatro S. João que registou, ao longo do ano, mais de 28.600 [vinte e oito mil e seiscentas] presenças em 258 [duzentas e cinquenta e oito] ações.

Merece ainda destaque a diversidade de iniciativas, festas populares levadas a cabo pelo Movimento Associativo em parceria com a [CMP] ou apoiadas pela [CMP] e a consolidação da rua como espaço de manifestação cultural e de reunião das comunidades. Em dois mil e treze foi ainda retomada a atividade da Casa de Expressões Fantasiarte, iniciada a utilização do Centro Comunitário de Águas de Moura (antigo quartel dos bombeiros), como espaço de acolhimento e de trabalho do Movimento Associativo e de outras estruturas locais.

Na área Desportiva, os programas de desenvolvimento desportivo e projetos municipais, atletismo, basquetebol, ginástica, judo, +60, 50+, Viver Melhor, Viver com Autonomia, Mexa-se em Palmela, Jogos Desportivos Escolares, dinamizados em parceria com o Movimento Associativo, as escolas, os clubes, movimentaram 7.378 [sete mil, trezentos e setenta e oito] praticantes regulares, abrangendo todas as idades.

Queria aqui destacar que não obstante o nosso recuo do ponto de vista do apoio financeiro a clubes e associações, a [CMP] continuou a garantir este apoio designadamente através de apoio logístico, mas designadamente através do pagamento de utilização de instalações desportivas da Palmela Desporto.

No domínio da Qualificação do Território, queria aqui destacar o intenso trabalho e de enorme qualidade, perdoem-me a imodéstia, desenvolvido na área da Proteção Civil. É que foram concluídos os trabalhos de revisão de todos os Planos de Segurança Internos das escolas do concelho. Um trabalho que reuniu técnicos do Município, representantes das Direções dos Agrupamentos Escolares.

No apoio às Associações de Bombeiros Voluntários do concelho foi paga a última tranche da comparticipação da [CMP] na construção do Quartel dos Bombeiros de Águas de Moura, no valor de 93.000 € [noventa e três mil euros] e, é justo destacar, que dos apoios concedidos em dois mil e treze, num total de 400.00 € [quatrocentos mil euros], 77% destinaram-se à atividade.

Foi também o ano da conclusão da construção do Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da GNR, um investimento financiado pela Administração Central, mas cuja obra decorreu sobre a responsabilidade e fiscalização da [CMP], que adquiriu o terreno para o efeito – recordo, é sempre bom recordar, 95.000 € [noventa e cinco mil euros].

No âmbito do Projeto de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela foi concluída a empreitada refuncionalização dos sanitários do Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Trata-se do MOJU, um espaço assim designado, Movimento Juvenil de Palmela, cuja gestão das atividades pertence ao Grupo 40 de Palmela - Associação de Escoteiros [Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 40 Palmela] e a AJITAR [Associação Juvenil Ideias Transformam a Realidade].

A empreitada de construção do Espaço Cidadão, também iniciada, sofreu várias vicissitudes relacionadas com a empresa adjudicatária e, felizmente, já retomou a obra em dois mil e catorze. No âmbito deste projeto financiado pelo QREN [Quadro de Referência Estratégico Nacional], foi concluída a requalificação das galerias da Praça de Armas e dos espaços museológicos do castelo. Prosseguindo o objetivo de dinamizar a revitalização do Centro Histórico, a [CMP] manteve, entre outros incentivos, a redução do IMI para prédios naquela área da Vila de Palmela e foram aprovados, neste âmbito, reduções relativas a seiscentos e setenta e três pedidos.

Na Gestão do Território, o objetivo central da melhoria dos serviços prestados aos munícipes e a qualificação do espaço público como forma de defesa do Ambiente e promoção do quotidiano mais seguro e saudável, apesar dos grandes constrangimentos financeiros, tivemos sobretudo que nos dedicar mais empenhadamente à concretização por administração direta de cerca de um milhar de intervenções. Foram ampliadas e remodeladas redes de abastecimento de água, executados novos ramais de água - residuais domésticos e pluviais. A Autarquia manteve a preocupação de garantir não só a qualidade da água mas também de fixar taxas e tarifas socialmente justas, continuando a figurar entre os municípios que menos cobram pelo preço da água, saneamento e resíduos.

É de destacar também o grande esforço no sentido da poupança de energia em espaço público, com um conjunto de medidas, designadamente, substituição de lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio (mais de novecentas e quarenta e uma unidades), desligamento de fogos, focos de iluminação pública em espaços não habitados, instalação de nova tecnologia de controlo eletrónico na totalidade dos postos de transformação com iluminação pública associada, fixação com novos horários em sintonia com o crepúsculo solar.

Foram ainda iniciadas importantes obras, como a empreitada de beneficiação da estrada que liga o Caminho Municipal 1029 à Circular da Autoeuropa [Volkswagen Autoeuropa] e a construção da ciclovia de Pinhal Novo. Como estão, entretanto, concluídas outras empreitadas – não vale a pena chamar aqui à colação, porque também eram plurianuais.

No domínio da Higiene Urbana e Salubridade, ultrapassados alguns constrangimentos e incidentes, nomeadamente, problemas com avarias de viaturas e outros, conseguiu-se já, na última metade do ano, melhorar a qualidade do serviço prestado à população.

Passaria de imediato para a Promoção e Valorização da Economia Local, porque essa também acrescenta valor ao nosso território. Em dois mil e treze definiu-se como objetivo a construção de uma estratégia que aliou o apoio e o desenvolvimento da Economia Local e a promoção dos produtos locais de qualidade à oferta turística nos seus diversos domínios, capitalizando a experiência enriquecedora do Programa "Palmela Cidade Europeia do Vinho 2012". Houve uma forte aposta na promoção de Palmela como região vitivinícola de excelência que teve expressão em iniciativas dinamizadas ou apoiadas pela Autarquia, no concelho, mas também no país e no estrangeiro, nomeadamente, através da participação nas redes e associações do setor em que a Autarquia, nalgumas, é o único município – destaco aqui, por exemplo, a investigação que é feita na área da videira. Na PORVID [Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira], somos o único município do país que participa nessa instituição.

A [CMP] prestou particular acompanhamento ao projeto da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal e ao funcionamento da Casa Mãe – para se perceber um pouco a sua importância, assumiu-se como um espaço privilegiado de venda e divulgação dos nossos vinhos. Foram registados mais de 33.000 visitantes.

Iniciativas emblemáticas de promoção dos produtos locais do mundo rural têm tido apoio ou participação da Autarquia, designadamente:

- O "Festival Queijo, Pão e Vinho";
- "Mostra de Vinhos de Fernando Pó";
- "Feira Comercial e Agrícola de Poceirão";
- "Festa das Vindimas";
- Também destacar aqui a Campanha "Palmela Conquista", que está, felizmente, em crescendo;
- As iniciativas de valorização da gastronomia e da promoção dos vinhos da região;
- O "Palmela *Tourist Card*".

Enfim, é que esta questão do aumento do fluxo turístico e a procura de estabelecimentos não acontece só por obra do acaso. Há de facto um conjunto de sinergias e o Município, assumindo as suas responsabilidades, tem dado um contributo valiosíssimo para que o Turismo continue a ser um vetor estratégico de desenvolvimento do nosso concelho.

Num período de grandes dificuldades para o comércio local foram também promovidas iniciativas no sentido de incentivar as compras nos espaços mais tradicionais, com animação dos mercados municipais e edição do guia "Comércio Local", por ocasião do Natal.

Bom, são de facto muitas páginas, com muitas ações. Destaquei as essenciais. Deter-me-ia agora nas questões e nos números para analisarmos aqui a Prestação do ponto de vista financeiro. É óbvio que o Orçamento e a Prestação de Contas, de dois mil e treze, continua a refletir dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e a nível local.

As dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente o seu funcionamento bancário, tiveram como consequência, entre outras, a não liquidação de taxas municipais e o não levantamento de licenças urbanísticas. As Receitas municipais, apesar disto, arrecadadas atingiram um valor de 43,8 milhões de euros que, como já foi dito, correspondem ao valor mais elevado do quadriénio 2010-2013, e registaram uma taxa de execução de 95,3%, apontando para indicadores de eficiência e eficácia muito elevados.

Os Impostos Diretos (IMI, IMT, [IUC], Derrama sobre o IRC [Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas]) apresentam o valor de 18,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso do total da Receita arrecadada (42,1%). Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, comparativamente com dois mil e doze. Mas é importante acentuar, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, que comparativamente a dois mil e dez as Receitas apenas aumentaram 679.000 € [seiscentos e setenta e nove mil euros].

As transferências de capital decrescem 37,9% em resultado de um menor volume de projetos financiados pelo QREN, devido à conclusão, em dois mil e doze, de diversos projetos. Ora, se eles foram concluídos em dois mil e doze é evidente que parte destas despesas de capital e investimento, em dois mil e treze, teriam uma menor expressão.

Em termos orcimentais, na ótica de caixa, verificou-se uma Receita de 43,8 milhões de euros e uma Despesa de 40,6 milhões de euros. Obteve-se um saldo orçamental de cerca de 3,2 milhões [de euros] a que acresce saldo transitado de dois mil e doze no valor de cerca de 1,2 milhões de euros, transitando para dois mil e catorze um saldo de 4,4 milhões de euros, que eu explicarei mais adiante.

No capítulo da Despesa foram efetuados pagamentos no valor de 40,6 milhões de euros, menos 1,4% do que no ano dois mil e doze, dos quais 18,1 milhões de euros afetos diretamente às [GOP]. A taxa de execução de pagamentos foi de 86,1%.

As Despesas com Pessoal, no valor de 18,4 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 12,7% comparativamente com o ano anterior, e remuneraram um total de 933 [novecentos e trinta e três] trabalhadores (menos onze do que em dois mil e doze). Mas este crescimento justifica-se com acréscimos de despesa paga com os subsídios de férias e de Natal, ainda bem, e encargos de saúde e encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. Como é sabido aumentou muitos pontos percentuais nos últimos dois anos.

As Despesas de Capital-investimentos tiveram um decréscimo, como já foi dito, de 38,9%. Como eu disse, em virtude de um menor número de obras no âmbito do QREN, mas ainda, é importante referir este aspeto para se compreender como é que funcionam estes instrumentos de previsão e de execução, devido à necessidade de reprogramar, naturalmente física e financeiramente, alguns investimentos inicialmente previstos para dois mil e treze, como é o caso da estrada da Setcom, da ciclovia ou do Espaço Cidadão, que tendo sido reprogramados, não tendo sido realizados, tiveram que passar para dois mil e catorze. Ainda assim, note-se, foram pagos 3,5 milhões de euros.

A rubrica de Passivos Financeiros inclui a amortização total do valor de 500.000 € [quinhentos mil euros] referente à utilização do empréstimo de curto prazo, um de 2 milhões [de euros], à semelhança do que já foi autorizado para este ano, e no global a amortização de empréstimos teve uma diminuição de 31,4 dado

que em dois mil e doze utilizaram-se 1,5 milhões de euros do empréstimo de curto prazo que tiveram de ser amortizados ainda neste ano.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 13,4 milhões de euros, inclui mais 2 milhões de euros de faturação transitada do ano de dois mil e doze e pagamentos de serviços públicos essenciais, como seja: tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamentos de água e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um acréscimo de 6,3%, mais 796.000 € [setecentos e noventa e seis mil euros]. E esta evolução justifica-se no essencial com o aumento dos pagamentos à SIMARSUL [Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.] no cumprimento estrito dos Acordos de Pagamento celebrados.

Em dois mil e treze na despesa manteve-se a tendência da consolidação e da diminuição das despesas de funcionamento com a estrutura e gostaria aqui de destacar as seguintes:

- Em edifícios, menos 4,1%;
- Em comunicações, menos 25,1%;
- Em material de escritório e consumíveis, menos 10,9%;
- Em encargos com instalações, menos 6,3%;
- Em iluminação pública, menos 3,8%;
- E já agora acrescentaria aqui as horas extraordinárias, menos 27,82%.

As Receitas Correntes foram superiores às Despesas Correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental e, no final de dois mil e treze, nos termos da Lei [n.º] 8/2012, de vinte e um de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso -, de um total de 7,6 milhões de euros, cerca de 627.000 [€ (seiscentos e vinte e sete mil euros)] são consideradas faturas em atraso – entenda-se nos termos da legislação são consideradas faturas em atraso aquelas que têm mais de noventa dias após o prazo de vencimento da fatura -, estando estabelecidos Acordos de Pagamento com os fornecedores da AMARSUL [Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.]/SIMARSUL no valor de 5,8 milhões de euros. Estes valores registam uma melhoria substancial face aos existentes, em dois mil e doze, que apresentavam um total de 9,8 milhões de euros dos quais 5,1 [milhões de euros] correspondiam a faturas consideradas em atraso. Já agora é bom também referir que, nesta mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 2,8 milhões de euros que não incluíam as Receitas provenientes de impostos municipais cujos dados não foram fornecidos pela Autoridade Tributária [e Aduaneira].

Mas expliquemos então este 4,2 milhões [de euros] de saldo. É que há aqui uma Receita que já está naturalmente consignada. Destes 4,4 temos aqui que considerar o valor do empréstimo ao investimento que foi arrecadado em dois mil e treze, investimentos que ainda estão a decorrer em dois mil e catorze e, portanto, este 1,9 milhões [de euros] não corresponde a um saldo real, porque ele efetivamente está consignado porque as obras foram cabimentadas, estão em curso e vão ter de ser pagas com o dinheiro deste empréstimo. Temos também a execução de garantias bancárias de Val'Flores e de um edifício particular em Monte Novo. Há que deduzir ainda encargos transitados não incluídos no Orçamento de dois mil e catorze – transitam todos os anos – na ordem de 1,4 milhões de euros. E, portanto, não há aqui genericamente um saldo que possamos afetar a muitas novas ações. Ainda assim, vai ser possível verificar na revisão ao Orçamento que continua a haver um esforço para redirecionar ainda mais verbas para investimento e ações que contribuem para a melhoria de qualidade de vida dos nossos munícipes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu ficaria por aqui e coloco-me à disposição, naturalmente, dos Srs. Membros da Assembleia para os esclarecimentos tidos por convenientes. Queria aqui referir também o Relatório do nosso Revisor Oficial de Contas [ROC] que, se tiveram a oportunidade de se debruçar sobre ele, tem aqui indicadores, enfim, a apreciação e as conclusões são da sua maioria muito, muito favoráveis, mas deixo isto para a apreciação dos Srs. Membros da Assembleia para depois debatermos. Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Obrigada também, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia está à discussão, está em discussão, desculpem, esta proposta. A prestação é arrasadora, Sr. Presidente."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Mais uma vez boa noite. Sr. Presidente, com interesse, como sempre, ouvi os seus explicações. Lemos o seu, o, a Prestação de Contas, - não é fácil ter este conjunto de trezentas e tal, quase quatrocentas [?] -, mas para nós é um pouco mais fácil porque [?] temos trabalho dos nossos Vereadores, já, já disseram tudo de uma forma muito clara qual era a posição do [PS], e que nós aqui tentaremos reforçar naquilo que são os aspetos políticos que nos parecem mais relevantes, porque efetivamente uma apreciação do Relatório de Contas num [?] como este não é para verificar se as contas estão bem feitas. É para ver se a estratégia e as opções políticas são as nossas, ou não são. É isso que nós nos interessa aqui discutir.

Os documentos, Relatórios de Contas, apresentados sempre nesta casa são sempre tecnicamente corretos, são bons. Permitem-nos fazer uma análise correta. Agora, as opções que estão por detrás deles é que nós questionamos e logicamente é esse o nosso, o nosso dever aqui de o, de o fazer. E dito isto estamos pois durante, perante um documento tecnicamente correto, aliás, tem sido selo de marca desta casa, desta Câmara, anos após anos. Consideramos que o grau de execução que verificamos deve ser melhorado e as estratégias dos [?] responsáveis, mais ou menos, quer dizer, deve ser melhorado e devemos aqui neste aspeto acho que devemos saudar muito.., saudar os trabalhadores da [CMP], todos os colaboradores a diferentes níveis, porque penso que, apesar dos tempos difíceis que vive, que vivemos e que eles vivem também, tem-se, têm, são com certeza uma mais valia e que muito contribuem para este..., para, para as coisas positivas que vamos encontrando.

Porém, o [PS] em coerência com a votação de Proposta de Orçamento de dois mil e treze em que votámos contra, apresentando propostas diferentes e onde chamávamos a atenção para algumas situações menos positivas que hoje ainda estão aqui apresentadas neste Relatório. Por isso, vamos continuar a manter a nossa posição, de votação contra a Prestação de Contas. Não se trata de uma posição de pura e simples oposição política, mas entra-se sim numa diferente visão estratégica/ideológica para a gestão da Autarquia. Diz o Sr. Presidente na introdução ao documento e análise que *"este final de ano marca um início de um novo ciclo"*, e citei. Presumo que o anterior ciclo não terá corrido assim tão bem, como se foi afirmando, porque senão não precisaríamos estar a iniciar nada, mas tão-somente a dar continuidade embora com algumas marcas diferenciadoras próprias de se ter assistido a uma alteração dos autores políticos, dos atores políticos da CDU.

"Serão novas as etapas do desenvolvimento", diz. Mas, *"novas"* em quê, Sr. Presidente? Na falta de uma visão integrada do mesmo? Na continuidade desta [?] de recursos? Nas parcas, parcas preocupações reais dos problemas sociais das populações e mais? E já agora: *"um novo ciclo"* presume sempre um novo rumo, esperamos. Vamos aqui estar durante este ano para ver qual é esse *"novo rumo"* e para onde é que nos vai levar. Em relação à afirmação do *"novo ciclo"*, e desculpar-me-á mas é algo que, que me soa bem, podemos concordar que esta Prestação de Contas é um início de consolidação de contas da Autarquia, mas ainda não é objetivamente a sua consolidação. Queremos muito pela...., queremos muita saúde financeira da Autarquia e queremos muito que continue no sentido também, e aqui o PS há muito tempo que anda a chamar..., que chamava a atenção para isto, que se enveredar para uma consolidação real das contas, e vamos por isso continuar atentos. É verdade que passámos de menos 5 milhões [de euros], em dois mil e doze, para menos de 2 milhões, em dois mil e treze, resultado líquido. Portanto, esperemos que efetivamente em dois mil e catorze ou dois mil e quinze possamos atingir uma consolidação total das contas. O que é bom para..., é bom para o Município e é bom para os munícipes. A nós, temos uma polí..., temos uma filosofia de estar na política que é contribuir para melhorar e não ficar contente quando se está pior.

Em relação ao rácio de endividamento passivo/ativo só 74% é financiado por fundos próprios. É pouco. É o mesmo que dizer que uma família só se, só se consegue financiar por vinte e dois dias de um mês de trinta. E os outros? Dos quadros da Dívida a Terceiros, retirando as dívidas à AMARSUL e à SIMARSUL que são dívidas, embora o Sr. Presidente diga e muito bem que estão contratualizadas, têm que ser pagas, com a agravante que não parece que seja no prazo que foi estabelecido. Como gostaríamos que o futuro não nos desse razão. Mas mais preocupante aqui são as Dívidas a Terceiros, e vai-me desculpar mas isto já parece um fado que nós trazemos todos os anos aqui. Sr. Presidente, tem que compreender, e nós todos temos que compreender, que este grupo de credores da Autarquia, estas empresas são quase sempre de estrutura familiar locais, concelhias e/ou regionais que não deveriam..., que deveriam estar elas, elas sim, nas proprieda..., nas prioridades da gestão para receber o que lhe é devido, algumas há mais de um ano. Sr. Presidente, falamos de garantir postos de trabalho, emprego que tanta falta faz e aqui podemos estar de

acordo, garantir a sobrevivência das células do nosso tecido económico e social. Concordará comigo e com o PS, que também aqui não deve a Autarquia ser fator de asfixia destas empresas e então, e então deve pagar. Fazer um esforço. Temos aqui dívidas abaixo de 100 € [cem euros]! Temos aqui dívidas, muitas dívidas abaixo de 1.000 € [mil euros] e, portanto, eu penso que há aqui qualquer coisa. Ou que não nos está bem explicado, ou qualquer coisa que é preciso se calhar alterar, porque nós não podemos andar sistematicamente a falar nas micro/nano/[?] empresas, médias empresas, e depois definitivamente não pagar a essas pequenas/médias... Está aqui uma dívida de quarenta e tal euros! Quer dizer, há aqui uma dívida que é razoavelmente, desculpar-me-á o termo que não é nada ofensivo logicamente, mas o número é ridículo, não é? O número é ridículo. Agora há com certeza razões para ela lá estar. Portanto, acho que é, que é altura de olharmos para o tecido, para este tecido empresarial e para estas empresas e para estes fornecedores se calhar de uma forma diferente, e andamos a dizer isso sistematicamente, porque há dívidas e há dívidas. E estas são preocupantes, e já dissemos aqui, não pelo montante, mas pelo que está em causa e pelo que pode se pôr em causa.

Depois, gostaria de falarmos aqui, voltar aqui à questão do IMI, imposto direto [?] na Prestação de Contas, é superior a 709 milhões de euros em relação ao previsto. 709 milhões de euros, 709.000 € [setecentos e nove mil euros], peço perdão, já era bom que fosse 709 milhões de euros! Setecentos e nove mil euros (uma tendência inflacionista também não faz mal). Era bom que fosse assim mas..., setecentos e nove mil euros em relação ao previsto. Já não queria ir agora aos 600.000 € [seiscentos mil euros], porque já aqui há bocado foi escalpelizado aqui, foi tão falado, mas a verdade é que, Sr. Presidente, nós falávamos em 11 milhões e tal, e a verdade é que não andávamos longe também da realidade. E a verdade é esta: era possível. Era possível, e nós tínhamos razão, e não era demagógica a nossa proposta ter dado aqui o sinal que nós pedimos já há dois anos e pedimos com mais veemência este ano, mas era possível reduzir a taxa do IMI gradualmente. Era possível fazê-lo. E era possível porque está demonstrado que é um imposto que vai tendencialmente subir e que para o ano ainda vai subir mais. E, portanto, nós não podemos fazer na nossa gestão da nossa casa aquilo que andamos a contestar na gestão da casa dos outros, que é gerir o aumento de impostos. Há aqui uma franja que é pequena, com certeza que ainda é pequena. Ninguém quer pôr em causa a saúde financeira da Autarquia, não. Mas há aqui uma franja que é possível restituir às famílias porque temos a certeza, não diremos absoluta, mas temos quase a certeza que muito desse dinheiro que vai fica..., que ficava no seio das famílias e das pessoas individuais ficaria no, no, na Economia Local e isso ia ajudar-nos também e também ajudava a própria Autarquia. A verdade é que a CDU, o Sr. Presidente, nunca quiseram e não querem baixar. Vão baixá-la mais para a frente, nós vamos perceber por quê, mas vão baixar, e aí vai acontecer a mesma coisa que na Derrama, perdemos dois anos para baixar um imposto que já podia ter baixado e já se podia ter dado esse sinal às empresas. Mas isto é..., às vezes não se tem vontade e depois..., um ano ou dois depois, adquire-se essa vontade e aparece como uma bandeira como se fosse nossa. Não é nosso; as bandeiras não são..., nestas coisas, não há bandeiras, há uma Economia, há pessoas e é preciso fazer política para elas. Como disse há pouco, no conjunto dos impostos diretos houve um acréscimo de 2 milhões [de euros] em relação ao previsto e, portanto, mais uma razão para podermos reduzir aqui um pouco a carga fiscal sobre as pessoas.

Continuando depois..., continuam a ser, porém, diferentes as nossas opções gestionais, e podemos seguir no campo da Ação Social. O PS tem uma visão diferente da CDU em Palmela. Não podemos ter famílias, pessoas individuais, crianças, empregados, idosos a viver com imensas e diversos tipos de dificuldades e depois termos uma opção de atribuirmos uma verba maior ao Programa Municipal de Teatro do que às IPSS's [Instituições Privadas de Solidariedade Social]! Sr. Presidente, as pessoas têm que estar no topo da pirâmide de investimentos da Autarquia. É claro que o Teatro, assim como outras atividades culturais, são fundamentais e necessárias para a formação e a cultura de um povo, mas governar e bem, tem sempre a ver com a nossa capacidade de liderar, de prever, de antecipar ação e de mudar os paradigmas da nossa ação, estimulando prioridades claramente, que hoje, não são as mesmas de anos anteriores, infelizmente.

Na página 224 [duzentos e vinte e quatro], vemos o aumento financeiro provenientes dos empréstimos bancários e na página 225 [duzentos e vinte e cinco] vimos que *"o serviço da dívida absorveu, em dois mil e treze, o maior volume de receitas comparativamente aos anos anteriores"*. Ainda nesta página notamos *"uma redução do peso do investimento no peso das receitas fiscais arrecadadas pelo Município"*. E isto são tudo citações do que está na Prestação de Contas. Para isso o PS..., para i..., para o PS isto é tudo muito preocupante. Sr. Presidente, é preciso efetivamente mudar o rumo, criar uma lógica de atração de investimentos para o concelho. Temo-nos que nos pôr, temo-nos que nos pôr a caminho, senão vamos

tarde. Não basta a Autoeuropa e tudo o que ela arrasta, no bom sentido. É preciso mais divulgação e mais medidas de atração do investimento ao território.

Na página 234 [duzentos e trinta e quatro], as funções Sociais, verificamos que a boa educação..., que a boa execução acima dos 90% em todos os itens, com exceção na Educação, e com exceção na Ação Socioeducativa e Pedagógica, 75,77[%], que na área da Educação este ponto concreto. Na Saúde, valor de 76,99[%], na Saúde Ocupacional, e aqui relembro que esta Autarquia teve um papel imp..., há uns anos teve um papel importante na educação para a saúde em parcerias com as escolas, em parceria com outras entidades. E, se todo esse trabalho está parado, ou é menos visível, ou foi reduzido, ou não existe. A verdade é que nós estamos numa situação, e é nestas situações sociais que estas pequenas coisas podem fazer a diferença também. E nós estamos numa situação difícil mas podemos, se calhar, atuar nestas áreas. É preciso, se calhar, voltar um bocado ao paradigma de que a educação para a saúde é fundamental, porque ela muitas vezes começa nas escolas, nos, nos mais pequenos, mas ela é facilmente transportado por eles para, para a família, para casa. E aí nós podemos resolver muitas situação sociais que nos preocupam. Portanto, também não será, com certeza por aí que não haverá dinheiro para fazer estes pequenos programas. Porque não é preciso fazer..., se não se tem muito, faz-se com pouco, mas é preciso ir fazendo. Perdeu-se essa, essa matriz que eu penso que era uma matriz muito interessante e que hoje volta a fazer falta. É que nós estamos, estamos com problemas graves. Não é só a alimentação, não é só o absentismo dos alunos, não é só a falta de dinheiro para o transporte. É que nós estamos com problemas graves de alunos que não vão aos médicos. Estamos com problemas graves de alunos que, com questões de higiene. Estamos com problemas que não tínhamos já há muitos, muitos anos, e eu estou neste território há trinta anos a dar aulas. E, neste momento, voltam-nos a aparecer tipos de doenças que não eram visíveis e que não pensávamos que não voltavam. A verdade é esta e temos, se calhar, que fazer o nosso trabalho de casa, até porque a Autarquia tem um *know-how* interessantíssimo nesta área. Portanto, é só querer recuperá-lo.

Depois voltamos a ter uma execução baixíssima na Habitação e Urbanismo, no Ordenamento do Território, no Saneamento, na Rede de Esgotos, na Proteção do Meio Ambiente que são extremamente baixos. Será que temos que ficar com estes números para sempre, ou podemos recuperar alguns? Há menos Planos de Pormenor, é verdade. Há menos investimento, é verdade. Há menos construção, é verdade, mas o Território não pode ser construção. O Território tem que achar outro paradigma de desenvolvimento! O Território não pode sistematicamente ficar à espera dos construtores civis. A construção civil acabou! E acabou não por um ano nem dois, acabou por muito mais. É preciso um paradigma novo de, de olhar o Território e é preciso atrair, fomentar. Não é fácil. Não é. É um trabalho difícil, mas é um trabalho que em parceria penso que poderemos fazer. *«O pior cego é aquele que não quer ver»*. Mas, às vezes, as realidades entram-nos pelos olhos adentro e nós somos mesmo obrigado a vê-los. E, nesse dia, quando tivermos todos obrigados a ver, se calhar, podemos ir tarde.

Portanto, esperamos então que o dois mil e catorze seja diferente, seja de contas mais consolidadas, que sejam de..., que seja de uma estratégia – aí não temos muitas esperanças, porque o Orçamento não foi bom e, e com certeza que as Prestações de Contas também não vai, não vão ser. Mas a verdade é esta: gostaríamos muito que a realidade fosse outra e fosse toda esta estratégia, houvesse outro tipo de investimento, outro investimento, outra conjugação de esforços para irmos aos aspetos mais importantes.

E para terminar, não sendo..., não pretendo ser exaustivo, há aqui um problema que me, que me preocupa, a mim e a muitos, e que já muitas vezes noutros fóruns levantei. A [CMP] faz um papel social de apoio às famílias, na área da Educação, muito positivo. Mas há uma coisa que eu ainda não consegui perceber e não percebo isto há dois anos. Dir-me-ão que se calhar a falha é minha, porque já levantei isto em outros fóruns. E hoje, fá-lo, faço-o, faço-o hoje aqui porque estou liberto de outras funções e já me permite fazer com outro à-vontade. É que eu não percebo por que é que esta Autarquia..., nesta Autarquia, neste concelho, não há crianças que precisem dos refeitórios escolares durante os períodos não-escolares? Não há crianças, não há famílias que não precisa... Há autarquias, e eu não [estou], não sei qual, qual é o Partido que está à frente dessas autarquias, que vi ainda ontem, ou anteontem, na televisão, que até os pais, desempregados os dois, vão almoçar ao refeitório escolar agora no tempo de, das férias. Há, há, há possibilidades de as crianças levarem pequenas refeições para casa, para que não fiquem muitas horas sem pelo menos ingerirem qualquer coisa. E é uma pergunta que eu faço: é ou não é possível, há ou não há necessidade destas no concelho? É porque se não há, ficamos todos felizes e contentes, mas eu penso que

há. E, portanto, penso que há e penso que é possível fazer diferente. E também deixava este desafio porque eu acho que isso também é uma forma de mudar o paradigma de, da gestão autárquica. E, portanto, é uma forma de reforçar aquilo que eu há bocado dizia. A preocupação das pessoas, nestes momentos difíceis, tem de estar no topo da pirâmide. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Tenho um pedido de intervenção do [BE]."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Ora, a minha intervenção vai também no sentido que o caro colega Membro da Assembleia, Raul Cristóvão [do PS], referiu há pouco da, da, do Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e Desportivo precisamente no âmbito do Programa de Alimentação Escolar. No caso de, nos períodos de pausa no ano escolar, nomeadamente nas férias de Natal e da Páscoa, poder ter crianças, pronto, famílias sinalizadas com carências económicas, caso seja possível, claro, tomassem a refeição gratuita nas escolas. Isso já é feito, como é sabido noutras, noutros concelhos do país. Acreditamos que em Palmela também existem pessoas com carências económicas, apesar de não sermos uma área tão urbana como em outros concelhos onde isto é praticado mas que também deve ser tomada este..., isto em consideração.

Agora, relativo, relativamente ao documento que se nos apresentou. Sra. Presidente, eu gostava que interpelasse o Presidente do Executivo a divulgar este docum..., ou a disponibilizar este documento – eu falo, eu digo isto por quê? Disponibilizar o documento com mais antecedência. Por quê? Porque nós no [BE], nós não temos o «exército» de Técnicos de Contas para apreciar os quadros e os itens todos deste documento que tem 346 [trezentas e quarenta e seis] páginas. Ora, eu gostaria que, se possível, numa futura ocasião que nos facultassem este documento – quer dizer, isto não é só para nós. Facultassem a nós mas também às outras forças políticas com a... Eu já sei que vocês vão dizer que, que tão a..., são os trâmites legais, estão a respeitar os trâmites legais todos, que não..., que é assim, mas é de bom senso que isto fosse disponibilizado com mais antecedência para nós que somos uma força política pequena, mas que também somos parte interessada, podermos analisar estes documentos com mais cuidado.

Posto isto, a nossa tendência de voto para este documento, como nós não podemos votar uma coisa que desconhecemos, vamos abster-nos."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem, obrigada. Mais intervenções, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD. CDS-PP**:

"Ora, relativamente à Prestação de Contas, na página quinta é referido, que o Sr. Presidente quando apresentou disse: *"Os Impostos Diretos apresentam um valor de 18,4 milhões [de euros] e, portanto, assumem o maior peso, representando 42,1% do total da receita arrecadada. Os Impostos Indiretos têm uma evolução positiva de 84,8[%]."* Eu atrever-me-ia a dizer que Palmela está quase em contraciclo ou então há uma retoma ligeira efetivamente da Economia, pelo menos a avaliar por aqui, não é? Na alguma...., não só nos impostos porque esses são localmente impostos, mas na própria atividade económica.

Agora, o meu colega de Bancada e de Freguesia, quando há pouco referiu que eu não tinha colocado na nossa, no nosso..., no documento que apresentámos o papel do Turismo em Palmela, efetivamente eu o que acho, e já disse na outra intervenção, noutra reunião – não sei se o Sr. Presidente me está a ouvir? -, é que convém aumentar ainda mais o Turismo. É certo que a [CMP] tem nos últimos tempos incrementado um bocadinho a atividade, não deixo de reconhecer isso. A Campanha "Palmela Conquista" fez-me lembrar, com a utilização de alguns símbolos do concelho e de Palmela, fez-me lembrar uma visita que eu um dia fiz à Irlanda na utilização que eles fazem, e eu acho que é dos melhores exemplos em termos de turismo, - aí, se

calhar, o Vereador [Luís Miguel] Calha conhece -, mas que é a utilização dos símbolos locais das regiões e a sua divulgação para os turistas. É claro que estas sinergias podem sempre ser melhoradas, não é? Não basta irmos..., acredito que na BTL [Bolsa de Turismo de Lisboa/Feira Internacional de Turismo de Lisboa] tenha havido alguns contactos importantes, mas que depois..., também o movimento das empresas, tem de ser uma sinergia conjunta e também a nível nacional, uma vez que estamos na, na região, inseridos na região de Lisboa, bem ou mal, a verdade é que estamos.

Portanto, eu atrever-me-ia aqui a dizer que tenho esperança na Economia Local. O que seu..., estou efetivamente mais preocupada é com o endividamento bancário. Mas isso já é uma preocupação que também temos no país, afinal, nós aqui também padecemos um pouco disso. Precisamos pedir dinheiro emprestado e temos que amortizar e as amortizações são sempre caras! O Sr. Presidente quando nos esclareceu há pouco naquela pequena dúvida que eu tive e que por opção, e é um direito que me assiste questionar dentro da Assembleia – não o fiz antes sinceramente com a receção do documento e a dimensão do mesmo não poderia tê-lo feito, até por questões pessoais e profissionais -, mas só do empréstimo bancário a curto prazo pagámos 500.000 € [quinhentos mil euros], não é? Pelo que me apercebi, ou percebi mal, Sr. Presidente? Da utilização do empréstimo..."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Só utilizámos 500.000 [€ (quinhentos mil euros)].

Pelas vinte e três horas e trinta e seis minutos, ausentou-se da participação dos trabalhos o **Sr. Raul Cristóvão do PS**.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD. CDS-PP**:

"Ah, e então o valor dos juros, porque neste empréstimo que nós aqui aprovámos, neste empréstimo que nos aqui aprovámos não vem aqui como esclarecimento. Eu há pouco podia ter questionado o Sr. Presidente, eu posso questionar o Sr. Vereador, posso ir às atas das Câmaras fazer tudo isso, mas o público não fica esclarecido. Qual foi a entidade bancária selecionada e qual a taxa de juro do empréstimo?

Pronto, relativamente aqui ao endividamento bancário o capital em dívida, no fim do ano, isto estou a falar da página 227 [duzentos e vinte e sete], em que fala do *"endividamento líquido municipal e do endividamento a curto prazo"*, e que tem como comparativos os anos de 2010-2013. Portanto, aqui no final do ano, aparece-nos um capital em..., dívida em unidades de euro, 19.072.383 [€ (dezanove milhões, setenta e dois mil, trezentos e oitenta e três euros)]. É certo que, como o Sr. Presidente indicou, o capital em dívida no final de dois mil e treze, segundo aqui diz, era superior em 1.018.219 € [um milhão, dezoito mil, duzentos e dezanove euros] relativamente ao do início do ano.

Depois, outra dúvida, já agora, Sr. Presidente, que se me ocorreu: na transição do saldo, estamos em dois mil e catorze. O Sr. Presidente referiu aqui a transição do saldo de dois mil e treze e de dois mil e doze. O que eu questiono, uma vez que não estava cá na Assembleia, esse saldo de dois mil e doze não tinha transitado em dois mil e treze? É uma dúvida que eu tenho."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, muito bem. Então, disse? Terminou, desculpe?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD. CDS-PP**:

"Sim, sim."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Há mais alguma interpelação ao Sr. Presidente sobre as contas? Então, Sr. Presidente da Câmara, vou passar..., passo a palavra para as questões."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Presidente. Sr. Membro da Assembleia, Raul Cristóvão [do PS], não está mas em todo o caso..."

Pelas vinte e três horas e quarenta e dois minutos, o **Sr. Raul Cristóvão do PS** retomou a participação nos trabalhos.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Está a entrar. Diga, diga."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"(...) gostaria de, acerca dos ciclos, Sr. Membro da Assembleia, dizer-lhe que para nós os ciclos não se fecham, reabrem-se. A nossa figura é a espiral, é dialética, e portanto os ciclos renovam-se.

Depois, eu percebo que às vezes no seu discurso haja algumas flutuações de posicionamento. Os Senhores quando dizem que não se reveem nesta política e no conjunto de ações e de opções do Município, ainda assim, não deixa de ser curioso que aprovam 70% das nossas propostas, por unanimidade, o que é um bom indicador; o que é um bom indicador.

Mas, vamos aos factos. Dívidas a Terceiros. Vamos ver se eu ajudo a esclarecer, embora os Senhores, às vezes, fazem logo inferências e conclusões e não um pedido de esclarecimento, mas lá vamos. Eu gostava aqui de destacar, nas Outras Dívidas a Terceiros, que nós tínhamos em janeiro de dois mil e treze 10.735.000 € [dez milhões, setecentos e trinta e cinco mil euros] de Dívidas a Terceiros. E, em trinta e um de dezembro de dois mil e treze, baixámos para 8.296.000 € [oito milhões, duzentos e noventa e seis mil euros], o que significa que pagámos aos fornecedores e reduzimos a Dívida a Fornecedores em 2.439.000 € [dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil euros]. Depois, é importante perceber nesta listagem da Dívidas a Terceiros, dois aspetos:

Grande parte das nossas Receitas entraram excecionalmente, diga-se também, devido ao faseamento das transferências do IMI. Como sabe, o ano passado, passaram a ter três momentos e, portanto, há um momento mais no final do ano que entra na [CMP] a dezoito de dezembro! Só nessa altura é que nós podemos começar a fazer pagamentos. E fizemos muitos: 2.400.000 € [dois milhões e quatrocentos mil euros]. Se tivesse entrado mais cedo, tínhamos pago mais, garanto. Mas também quero dizer ao Sr. Membro da Assembleia que, neste momento, uma parte substancial disso que ficou por pagar, já está pago, felizmente também nestes três meses. Mas quero também esclarecer o Sr. Membro da Assembleia e os restantes Membros, quando se refere que há aqui dívidas de mil e tal euros, quarenta euros, trezentos e noventa e nove euros que não foram pagas – eu tenho aqui todas, explicadas uma a uma. Sabe o que é Sr. Membro da [Assembleia]? É que há dívidas que nós não temos de reconhecer. Se nós não reconhecemos, não as queremos pagar, por algum motivo. Há litígios! Há várias empresas que estão neste momento impedidas de receber! Há empresas às quais nós queremos pagar e que não podem receber porque não conseguem apresentar declarações das Finanças e da Segurança Social! Há empresas que faliram, que estamos a aguardar quem é o Administrador de Insolvência para pagar! Há aqui até faturas de dois mil e três que nós não pagamos porque impugnámos! Ora bem, então V. Exa. acha que com verbas tão pequenas, tinha que haver explicações desta natureza! E, felizmente, tenho aqui muita coisa, que está aqui assinalada a verde, que pagámos já. Pagámos até trinta e um de março e algumas, que vão ter expressão já no próximo, no próximo Relatório. Portanto, fique claro que, apesar de termos tido esta folga que não a conseguimos executar mais no final de dois mil e treze, porque a dezoito de dezembro até final do ano, com o Natal, etc., etc. - e houve aqui gente na [CMP] que trabalhou até no dia da tolerância de trinta e um dezembro para fazer pagamentos -, mas que alguns estamos impedidos de fazê-los, por estas razões.

Portanto, isto que fique claro. Vou-lhe dizer qual é o valor. Nós estamos impedidos de pagar faturas por situações desta natureza, impedimentos legais ou outros, no valor de 549.000 € [quinhentos e quarenta e nove mil euros]. Mas obviamente não podemos limpar isto dos nossos documentos, por isso, ele está aí na listagem a que os Senhores têm acesso. Portanto, o mais relevante é que o montante da Dívida a Terceiros de curto prazo, excluindo portanto a tal dívida contratualizada com a AMARSUL e a SIMARSUL é de cerca de 791.000 € [setecentos e noventa e um mil euros].

Explicada a questão da Dívida, vamos então falar, reduzir ou não reduzir o IMI. Nós também gostaríamos de reduzir, como já demos um sinal este ano, e reduzir mais; e procuraremos reduzir mais e procuraremos ser coerentes com o nosso posicionamento político e com os nossos compromissos eleitorais, ao contrário de outras forças políticas. É curioso que também na campanha eleitoral poucos se comprometeram com valores. Mas até aqueles que falaram em *"reduzir progressivamente"*, curiosamente, este ano, não nos acompanharam no *"progressivamente"*. Queriam já abruptamente. Nós temos com seriedade que acompanhar a evolução das Receitas da Autarquia. E se efetivamente - e oxalá, e nós temos alguma expetativa até por alguma dinamização do tecido económico e captação do investimento que estamos a fazer para o nosso território -, se vier a haver uma evolução positiva, é evidente que nós baixaremos mais depressa. Mas, Sr. Membro da Assembleia, não esqueçamos as alterações legislativas que aí estão previstas em matéria de desaparecimento do IMT, por exemplo! Não o preocupa? Olhe, a outros autarcas do [PS] preocupa imenso! Que é uma Receita das poucas que as autarquias ainda têm. Não sei como é que vai ser entre 2016-2018! Dois mil e dezassete é ano de eleições, pode ser também que com outros Governos que isto altere tudo, não é, e que o posicionamento depois também dos Partidos seja diferente consoante quem está no Governo ou na Oposição.

Até para referir também quando o Senhor se referiu: *"Ah, a Derrama e tal, demoraram dois anos a reconhecer."* Sr. Membro da Assembleia, os argumentos que aqui foram utilizados foi da mesma estirpe. É que nós tivemos que monitorizar o comportamento da Derrama. E estávamos em declínio. E só voltámos a levantar nestes últimos dois anos. E o compromisso eleitoral da CDU está a ser cumprido. O que está escrito é aquilo que está a ser feito, mas também é bom recordar que nós poderíamos ter muito mais Derrama. Eu já lhe falei aqui dos anos áureos da Derrama. Gostaríamos todos de ter muita Derrama, que era sinal que a Economia e as empresas estavam com melhor saúde. Mas olhe que quem alterou a forma de cálculo da Derrama foi o [PS] e que isso determinou uma quebra de 38% logo a partir de dois mil e sete para cá. É evidente que hoje a quebra é maior e tem que ver com a conjuntura, não apenas com a fórmula. Mas há aqui quem anuncie mexidas na Derrama, porque isto é muito fácil legislar lá em cima, não é, mas à custa dos impostos daqueles que estão cá em baixo, não é? É que a Administração Central, o Governo, anuncia aí umas mexidas muito interessantes na Derrama, mas depois não compensa os municípios pela perda dessa receita. Anuncia acabar com taxas para legalizar coisas, para abrir atividades económicas, etc., mas já veio dizer que não compensa os municípios! Então, vamos todos dizer por que é que não aumentamos o investimento no saneamento? Por que é que não aumentamos o investimento, mas com que dinheiro?! Os municípios vão viver do quê? Sejamos sérios nesta análise e, por isso, é que eu tenho dito sempre: temos de analisar todos estes números em função da evolução de outras receitas. O Sr. Membro da Assembleia falava aqui: *"Ah e tal, estou aqui a ler o Relatório, isto até tem um peso de quarenta e tal por cento no..."* Olhe, há outros municípios que têm IMI mais reduzido em que o peso é muito superior! Ora, porque o peso é muito superior podem reduzir mais. Nós também quando tivermos um peso superior destes impostos, reduziremos. E cá estaremos para ver isso.

Depois, nós podemos estar em desacordo, cada um utilizar os números como quiser, mas eu custa-me ainda conviver e, sobretudo, numa casa onde não obstante as nossas diferenças de opinião mantemos alguma análise séria e rigorosa, custa-me conviver com algumas tiradas mais demagógicas e falaciosas, nomeadamente, quando o Senhor utiliza a comparação entre o Programa do Teatro e as IPSS's. É que, Sr. Membro da Assembleia, à semelhança do que outros já tentaram fazer, - é que estas comparações não podem ser feitas por rubricas orçamentais. Eu quero aqui recordar a V. Exa. que nós só em isenções de taxas às IPSS's, no ano de dois mil e treze, isentámo-las no valor de 56.000 € [cinquenta e seis mil euros], Sr. Membro da Assembleia! E este é um apoio indireto. Ou o Senhor prefere que nós cobremos e depois distribuamos? Felizmente o nosso Relatório já passou a ter outros aperfeiçoamentos. Há aqui rubricas que devido à contabilidade analítica começam a ser estimados alguns custos. E, se teve oportunidade de olhar com atenção ao Relatório destes últimos dois meses, isso aparece. Assim como aparece no domínio dos Transportes, começa a aparecer, finalmente, o número de transportes que é cedido a associações e

instituições! E isto custa dinheiro. A utilização dos nossos equipamentos, custa dinheiro. O apoio técnico, o apoio logístico, custa dinheiro. E, portanto, sabe onde é que isso está? Não está lá na rubrica de subsídio às IPSS's. Está espalhado pelo conjunto das outras rubricas orçamentais do funcionamento da [CMP] que os Senhores dizem que é despesismo. Não é despesismo. A [CMP] funciona ao serviço dessas instituições e, portanto, não me parece sério fazer esse tipo de comparação. Eu procurarei, em próximos Planos e apresentação de resultados discriminar isto, nem que seja numa folha à parte, que é para todos estarmos de posse dos mesmos elementos. Mas, não vá por aí.

Também não é justo dizer-se que no Ordenamento do Território, porque os Planos – os Senhores sabem que não é uma coisa de fazer assim [clique com os dedos] -, que nós andamos a reboque da construção civil, ou disto, ou daquilo. Sr. Membro da Assembleia, tivemos um Mandato onde foram fechados dois Planos de Pormenor. Onde houve avanços significativos em dois outros Planos, cuja discussão pública ocorrerá este ano, nomeadamente:

- O Plano de Urbanização de Cabanas;
- E o de Bacelos.

E não foram as sucessivas alterações à Rede Ecológica Metropolitana, entre outras, e à Lei dos Solos, e depois a exigência de Mapas de Ruído, e de Cartas de Riscos, e de Cartografia Digital, porque de facto quem legisla não conhece o país real, e não sabe o que é que isso custa e os atrasos que isso provoca nos processos, porque obriga a fazer tudo de novo, e nós já teríamos avançado com os Planos. E não fosse também a falta de abertura de algumas entidades que estão fortemente centralizadas e que se fossem entidades regionalizadas, num processo de regionalização, certamente trabalhariam com os municípios com menos arrogância e com mais postura de parceria para resolver alguns problemas que há no nosso território. Nós estamos há anos à espera de uma revisão do POPNA do Parque Nacional da Arrábida [Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida]. Os Senhores sabem os problemas que isso causa. Sabem os problemas que isso causa na Quinta do Anjo, que isso causa em Cabanas, que isso causa ao BANDO [Cooperativa de Produção Artística, Teatro de Animação "O Bando", C.R.L.], que isso causa na Serra de S. Luís, que isso causa à ADREPAL [- Espaço Fortuna Artes e Ofícios, Lda.], não é? É que não permite regularizar um conjunto de situações, e não regularizando também há receita que não vem para o Município.

Depois, sobre a questão das refeições. Srs. Membros da Assembleia, aquilo que foi dito aqui, foi sempre que o Município não tinha situações dessas sinalizadas. Quem as sinaliza são as pessoas que estão de facto no terreno. Os Agrupamentos de Escolas, e isto é preocupante, eu partilho das preocupações do Sr. Membro da Assembleia relativamente às questões que começam a aparecer, questões endémicas, da saúde, da alimentação, dos hábitos isto só comprova que há uma disfuncionalidade social maior com este período negro que atravessamos na nossa história; é que de facto começou a haver. E porque começou a haver, e nós gostamos pouco de tratar estas coisas nas páginas dos jornais, como alguns municípios: *"Damos refeição"*. Eu vejo; recebo os recortezinhos todos os dias. *"Tal, câmara não sei do quê, 128 crianças"*. Pronto, eu vou partilhar com os Senhores. É que estas férias da Páscoa, depois de terem sido sinalizados... nós não temos que inventar para aparecer nos telejornais. Nós temos que trabalhar com a rede de parceiros, com as escolas, com as instituições e depois de elas sinalizarem, finalmente..., este ano que a situação agravou-se nós temos, neste momento, trinta crianças a beneficiarem das refeições no período de interrupção letiva da Páscoa. Foram sinalizadas crianças em Palmela, Pinhal Novo, Lagameças, Lagoa do Calvo, Palmela, Algeruz, Bairro Alentejano e Aires. Assim como há crianças, porque os jardins de infância neste período funcionam, a terem alimentação, a almoçar nos jardins de infância. Portanto, nós estamos atentos a esta problemática. Tratamo-la é com seriedade e rigor, não é?

Quanto à distribuição do documento. Sr. Membro da Assembleia, dizer-lhe que também eu recebo o documento com muito pouco tempo para o preparar, garanto-lhe. É que isto não é fácil fazer um documento desta natureza, isto tem que ser visto, revisto, conferido, reconferido. Eu às vezes também digo aos nossos técnicos: *"Não, eu preciso de tempo."* Eu às vezes até digo assim: *"É pá, há propostas e processos que vão mais rapidamente para o gabinete dos Senhores Vereadores da Oposição do que para o Executivo."* Também já me queixo de alguns processos, que depois eu quero ter acesso a eles e eles não estão lá. Mas não faz mal. Também tenho a facilidade de poder solicitar a colaboração dos nossos técnicos para qualquer esclarecimento.

Mas de facto é um documento pesado, nós também temos, enfim, que às vezes trabalhá-lo um bocadinho a contrarrelógio, mas nós procuramos antecipar quanto antes. Olhe, por exemplo, a revisão que há-de vir no dia vinte e nove – peço desculpa, Sra. Presidente, estou a adiantar informação – a esta Assembleia e que vai no dia dezasseis à reunião de Câmara, os Senhores Vereadores só vão recebe-la certamente na sexta-feira, não é Dr. Paulo Pacheco? Porque nós andamos há três dias a tentar fechar aquilo. E depois há-de vir para nós também para o fim de semana nos entretermos com aquilo. Enfim, mas procuraremos sempre que possível antecipar. Agora o fundamental é cumprirmos os prazos legais.

Endividamento bancário. Valia a pena ler o documento do Revisor Oficial de Contas, do nosso ROC..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Ó Sr. Presidente. Posso, Sra. Presidente? Isso eu lamento como só recebi hoje e não estive no escritório. Recebi o aviso que tinha recebido o *mail* e à última hora, como deve calcular, não consegui consultar."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Muito bem. Sim, eu também não o li todo. Eu também não o li, Senhora..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Nem o abri. Percebe?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Pois, pronto. Mas dizer-lhe, olhe essa não é a nossa culpa. Mas o Senhor está aqui presente e houve aqui de facto um atrasozinho. Mas não é isso que importa aqui referir, porque isto é uma adenda, mas tem aqui alguns números escalpelizados e eu permitia-me destacar duas notas:

Na página 29 [vinte e nove] e na página 30 [trinta], porque isto responde em parte, julgo eu, à questão legitimamente suscitada pela Sra. Membro da Assembleia. Na verificação do cumprimento do endividamento, no endividamento de curto prazo - que nós esperamos não mexer, nos tais 2 milhões, mas para já temos [?] -, nós estamos com uma margem por excesso de 2.300.000 € [dois milhões e trezentos mil euros]. No médio e no longo prazo, 4.588.000 € [quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil euros]. E no Endividamento Líquido, isto é números globais e depois tecnicamente não lhe sei explicar bem isto, estamos com 5.790.000 [€ (cinco milhões, setecentos e noventa mil euros)]. E, portanto, o endividamento de médio e de longo prazo atingiu [cerca de] 18.500.000 € [dezoito milhões e quinhentos mil euros], em dois mil e treze, o que representa uma margem de [quase] 4.600.000 € [quatro milhões e seiscentos mil euros] face ao limite de 2381, calculado no termo da Lei que, naturalmente, baliza estas questões do endividamento. Portanto, também nesta matéria estamos a recuperar.

Queria referir relativamente à questão concreta dos juros pagos pela utilização dos 500.000 € [quinhentos mil euros], foi isto que me disse, pelo empréstimo de curto prazo, que pagámos juros de 9.800 € [nove mil e oitocentos euros].

Relativamente à questão que suscitou sobre o empréstimo recentemente aprovado, depois é que nós solicitamos autorização à Assembleia, mas depois é em reunião de Câmara que se aprova finalmente as cláusulas, informo que foi adjudicada ao Santader [Banco Santander Totta] e que o *spread* é de 2%.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, são estas as questões que me ocorre comentar. Espero ter contribuído para o esclarecimento cabal das mesmas."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem, Sr. Presidente. Sem dúvida. Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que... É indispensável?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"É só para lembrar ao Sr. Presidente, com toda a simpatia, com certeza quando falamos em desonestidade não estamos a falar em desonestidade intelectual. Ninguém põe em causa a honestidade de cada um e logicamente até mais que não seja pelas nossas origens profissionais, obrigam-nos ainda a ser mais honestos e também houve aí duas ou três vezes que o Sr. Presidente faz a pergunta e dá logo a resposta. Portanto, vai embalado e aquilo, pronto, fica com a sua verdade, eu ficarei com a minha. Estas coisas são assim mesmo na vida política democrática, cada um terá a sua e não é por aí que a gente [?].

Agora, em relação às questões, às questões das escolas, pois, eu não fico contente por haver trinta! Eu gostaria muito que houvesse zero. E a minha procu..., a minha procura, e a minha pergunta e a minha preocupação como o Sr. Vereador sabe também, não é hoje, não é? Não é de hoje. É de há muito tempo. E resulta de uma preocupação, porque eu sinto e até sinto, e até, e até percebo que não faça, que não faça manifestações desse apoio nos jornais, mas só que nós estamos numa Assembleia Municipal, não estamos num jornal. E nós precisamos fazer as perguntas para ter as respostas. Pronto. E, portanto, isto não é uma questão de notícia de jornal ou notícia de televisão. É uma questão política de resposta ou num órgão político em que eu faço a questão e quem me deve responder, responde. Portanto, não estamos aqui nem para fazer brilharetes para um, para um lado ou para o outro. Eu não vou utilizar este número porque fico preocupado com trinta, porque sei que estes trinta não são reais, ainda por cima. Portanto, serão muitos mais. Mas já chegámos aos trinta, já conseguimos chegar a qualquer coisa. Mas é qualquer coisa que nós nos preocupamos há dois/três anos, desde que esta crise começou. E, portanto, era isso que queria.

E depois, não me conhecerá, mas eu acho que tive o cuidado de dizer claramente que a questão cultural para mim não é uma questão menor e não é uma questão de momentos ricos. A Cultura para mim, e felizmente tive um Governo que apoiei e que talvez foi, na altura, o que mais dinheiro deu à Cultura em percentagem do, do, no Orçamento. A questão cultural para mim, é importantíssima e muito mais importante, se calhar, em momentos de crise. Agora, há aqui claramente..., aquilo foi posto num outro campo. Não retirar, ou não dizer: não há Cultura porque há que dar de comer. Não. Há Cultura porque a Cultura ajuda e tem intervenções em muitos aspetos, que não vamos para aqui discutir porque senão demoraríamos tempo. Mas há momentos em que nós estamos em escassez e se calhar precisamos de fazer algumas opções. É só nesse sentido e não mais que esse. E aí é que não vale a pena extrapolarmos para outros lados porque qualquer um de nós sabe e sente que a Cultura é fundamental na nossa sociedade, no nosso meio, no nosso concelho. E para mim a Cultura é algo que até nos momentos de crise deveria ser ainda mais valorizada. Portanto, só queria dizer isto e tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Então, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente, penso que estamos em condições de passar à votação. Sim? Muito bem."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU, onze votos contra (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do BE. Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Proposta de alteração dos Estatutos da CD – ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, informou o **Sr. Presidente da Câmara:**

"Penso que a proposta é clara. Trata-se de uma alteração dos estatutos da ARICD a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento. Por um lado, tem que ver com uma alteração por via de uma

imposição legislativa, por outro, é uma opção dos membros da rede de tentar fazer coincidir a duração do mandato da rede com a duração do Mandato Autárquico. E, portanto, julgo que são escusados outros comentários. Todos os municípios que fazem parte da rede estão de acordo mas de facto são os órgãos deliberativos por excelência, as assembleias municipais que têm que se pronunciar para podermos registar alteração aos estatutos."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Obrigada, Sr. Presidente."

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Eu sei que isto é a alteração dos estatutos e refere aqui as câmaras, os municípios que compõem esta rede intermunicipal. Vejo aqui os fins e as atribuições. Só gostava de saber qual é a comparticipação do Município - eu sei que não tem a ver -, qual vai ser a comparticipação do Município para esta associação, se o Sr. Presidente já sabe."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Muito bem. Esclarecer que nós já aderimos à rede há muitos anos. Não há qualquer comparticipação, não há quotas, neste momento. E que isto é uma rede que tenta, sobretudo, promover a troca de experiências do trabalho que cada um dos municípios faz nesta área no domínio da cooperação que têm com os mais diversos países, em particular com países no campo da lusofonia, e que visa também articular estratégias tendo em vista até concorrermos a programas do Estado Central ou até comunitários, tendo em vista criar esta rede que promove de facto Educação, Cultura, desenvolvimento, redes de solidariedade nos vários países."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Posso só... Eu só me levantei essa questão porque no artigo 28 [vinte e oito], Património, na sua alínea e) diz: *"Constitui património da Associação: O produto das transferências de receitas dos Municípios desde que aprovadas pela Assembleia Intermunicipal."* Eu não sei, como não tive acesso aos estatutos anteriores..."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Mas ainda não foi decidida."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"(...) ou seja, o que não se pagava pode vir a ter que se dar alguma contribuição através deste artigo, não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Claro. Exatamente. Isso terá de ser aprovado e submetido também."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Então, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Vamos então para a nossa última proposta que é a proposta que é..., que cabe, neste caso, à Assembleia, à Mesa da Assembleia apresentar e que tem que ver com a eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação.

A nossa proposta é que esta representação seja feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Manuel Lagarto. Pergunto se há alguma questão, vamos..., esclarecimento acerca da proposta. Vamos votar."

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação uninominal, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, na presença da **Sra. Presidente da Mesa** e do **Primeiro e Segundo Secretário**.

Feita a contagem dos votos, apurou-se o seguinte resultado:

<u>Presidente de Junta de Freguesia</u>

Sr. Manuel Lagarto	23 (vinte e três) votos a favor 4 (quatro) votos contra 3 (três) votos em branco

Na sequência da votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, quatro votos contra e três votos em branco. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, enquanto se faz a votação para apuramento do resultado, deixem-me, deixem-me colocar duas ou três questões que são para tratar. Só para informar, aqui no final da nossa sessão, mas como no final toda a gente se levanta eu aproveito este intervalo. Primeiro, como o Sr. Presidente da Câmara já disse foi...., desculpem lá, como o Sr. Presidente de Câmara já disse no próximo dia vinte e nove nós teremos uma reunião extraordinária da Assembleia. A data de facto tem que ver com a tentativa de se aproveitar ainda a última reunião de Câmara do mês para produzir eventualmente matéria, não é, que possa ter que vir a essa Assembleia. Portanto, repito, é uma reunião extraordinária, não é, portanto, não terá Período Antes da Ordem do Dia.

Recordo aos Srs. Membros da Assembleia que a hora que nós deliberámos para o começo das sessões foi as vinte [horas] e trinta [minutos] e, para sermos rigorosos não podemos chegar aqui às vinte [horas] e trinta [minutos]. Hoje a culpa foi do som, mas de facto nós íamos começar com quem estava que permitia o

quórum mas o método tem de ser continuarmos a chegar antes da hora para começar às oito [horas] e trinta [minutos]. Isso faria e faz alguma diferença na hora de conclusão da reunião.

Finalmente, a questão mais importante, eu penso que hoje mesmo já terão sido distribuídos a todos os Srs. Membros da Assembleia os convites para a próxima sessão solene de Comemoração do nosso «25 de Abril». Eu gostava de reiterar a importância da participação de todos nós. Foi igualmente feito um convite a cada uma das Bancadas para apresentação da sua intervenção, indicação do respetivo Membro para apresentação da sua intervenção. E queria informar também que nós convidámos todos os Membros das listas, ou seja, temos frequentemente pessoas que fazem substituição e, portanto, consideramos que são igualmente Membros da Assembleia Municipal.

Para além disso, é evidente que o convite é público, é à população, mas eu, sublinhava a importância da, do, do passa a palavra de cada um de nós. Creio que é um momento importante, são quarenta anos e não é uma data indiferente para ninguém particularmente este ano. Portanto, deixo o apelo para que cada um de nós mobilize outros para essa sessão e, não só para a sessão, mas para todo o calendário que, aliás, a [CMP] tem vindo a divulgar, para todo o calendário de comemorações do «25 de Abril» no nosso concelho. Para além das autarquias, com o seu programa vastíssimo, existem ainda programas muito específicos de cada uma das associações do nosso concelho, associações, coletividade, clubes, como sabem, e, portanto, deixo o apelo à participação de todos nós, a nossa divulgação junto de terceiros e, no fundo, para fazer com que o «25 de Abril» seja esse grande movimento, que foi e que precisa continuar a ser."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e dezassete minutos do dia onze de abril de dois mil e catorze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete